

LYON SALUCHI DA FONSECA

Efeitos do padrão 4C na produção brasileira de café sustentável

São Paulo

2018

LYON SALUCHI DA FONSECA

Efeitos do padrão 4C na produção brasileira de café sustentável

Dissertação apresentada à Escola
Politécnica da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Ciências

São Paulo

2018

LYON SALUCHI DA FONSECA

Efeitos do padrão 4C na produção brasileira de café sustentável

Dissertação apresentada à Escola
Politécnica da Universidade de São Paulo
para obtenção do título de Mestre em
Ciências

Área de Concentração:
Engenharia de Produção

Orientador: Profa. Dra. Roberta de Castro
Souza Pião

São Paulo

2018

Este exemplar foi revisado e corrigido em relação à versão original, sob responsabilidade única do autor e com a anuência de seu orientador.

São Paulo, _____ de _____ de _____

Assinatura do autor: _____

Assinatura do orientador: _____

FICHA CATALOGRÁFICA

Catálogo-na-publicação

Fonseca, Lyon Saluchi da
Efeitos do padrão 4C na produção brasileira de café sustentável / L. S. Fonseca -- versão corr. -- São Paulo, 2018.
94 p.

Dissertação (Mestrado) - Escola Politécnica da Universidade de São Paulo. Departamento de Engenharia de Produção.

1.Cadeia de valor global 2.Produção agrícola sustentável 3.Upgrading 4.Produção brasileira de café I.Universidade de São Paulo. Escola Politécnica. Departamento de Engenharia de Produção II.t.

A minha família

AGRADECIMENTOS

À minha família, pelo apoio e por sempre me incentivar nos estudos.

Aos funcionários do Departamento de Engenharia de Produção, em especial, a Rose e a Lídia por todo o suporte dado sempre que precisei.

A todos os Professores que contribuíram na minha formação.

Ao amigo Éder Genaro, por toda a contribuição dada nessa pesquisa.

À Profa. Dra. Roberta, por quem tenho imensa admiração, agradeço pela confiança, ensinamentos e orientação.

E principalmente à Joyce, por sempre acreditar em mim e estar sempre presente enchendo minha vida de alegria com muito amor e amizade.

“Ninguém caminha sem aprender a caminhar, sem aprender a fazer o caminho caminhando, refazendo e retocando o sonho pelo qual se pôs a caminhar”

(Paulo Freire)

Resumo

O presente trabalho tem como objetivo investigar os efeitos trazidos pelo padrão 4C para a produção de café no Brasil. Mais especificamente analisar quais tipos de melhorias (upgrading) foram trazidas aos produtores que adotaram o padrão 4C. As melhorias podem ser classificadas em econômicas, sociais e ambientais. Para isso foi utilizada uma abordagem metodológica qualitativa de estudo de caso. A primeira etapa da pesquisa correspondeu a uma revisão sistemática de literatura, em que foi possível formular proposições. Em seguida foram realizadas entrevistas com agentes da cadeia de valor do café – meso-instituições, cooperativas e produtores. Através de entrevistas, análise de documentos e reportagens sobre o assunto publicados em jornais e revistas especializadas, foram levantados dados que foram analisados com o auxílio do software de análise qualitativa Atlas TI. Os resultados indicam que grande parte das melhorias podem ser caracterizadas como upgrading ambiental. Além disso, os resultados mostram que a adoção do padrão 4C fez com que os produtores organizassem melhores seus processos de produção e tivessem maior controle das atividades relacionados ao cultivo de café com padrão 4C.

Palavras chaves: Cadeia de valor global. Produção agrícola sustentável. Upgrading. Produção brasileira de café.

Abstract

The present work had as objective to investigate the effects brought by the 4C standard for Brazilian coffee agriculture. More specifically, analyze what types of improvements (upgradings) brought to producers that adopt the 4C standard. Improvements can be classified as economic, social and environmental. For this, a qualitative methodological approach of case studies was used. The first stage of the research corresponded to a systematic literature review, in which it was possible at the end to formulate the propositions. Interviews were then conducted with various agents within the coffee value chain - meso-institutions, cooperatives and producers. Through interviews, document analysis and articles published in specialized journals and journals, data were collected that were analyzed using the qualitative analysis software Atlas TI. The results indicate that most of the improvements can be characterized as environmental upgrading. In addition, the results show that the adoption of the 4C standard made farmers better organize their production processes and have more control of activities related to 4C coffee cultivation.

Keywords: Global value chain. Sustainable agricultural production. Upgrading. Brazilian coffee production.

Lista de Figuras

Figura I - Objetos de estudo	16
Figura II -Exemplo de geração e distribuição de valor em uma cadeia de valor.	19
Figura III - Mapa da cadeia de valor: Teoria e realidade	36
Figura IV - Cadeia de valor do café no Brasil.....	36
Figura V - Processo de filiação a associação 4C	54
Figura VI - Processo de obtenção do padrão 4C	55
Figura VII - Melhoria contínua sustentável da Global Coffee Plataform	59

Lista de tabelas

Tabela 1- Princípios do código 4C	53
Tabela 2-Produção do café no Brasil. Adaptado de Potts 2014.	60
Tabela 3 - Efeitos da adoção do padrão 4C	67
Tabela 4 - Categorias de análise	72
Tabela 5 - Ocorrências Objetivas e Subjetivas nas entrevistas com as meso-instituições ...	75
Tabela 6 - Ocorrências Objetivas e Subjetivas nas entrevistas com as cooperativas	78
Tabela 7 - Ocorrências Objetivas e Subjetivas nas entrevistas com os produtores	81

LISTA DE ABRIVIATURAS

ABIC	Associação Brasileira da Indústria de Café
ABICS	Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel
CDPC	Conselho Deliberativo de Política Cafeeira
CNA	Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil
CNC	Conselho Nacional do Café
CVG	Cadeias de Valor Global
CVSA	Cadeia de valor sustentáveis de alimentos
EMBRAPA	Empresa Brasileira de Pesquisa Agropecuária
FAO	Food and Agriculture Organization of the United Nations
FEDEC	Federação Brasileira dos Exportadores de café
GCP	Global Coffee Platform
GTZ	Agência Alemã de Desenvolvimento
ICA	International Coffee Agreement
MCR	Manual de Crédito Rural
OCDE	Organization for Economic Cooperation and Development
PCS	Programa de Café Sustentável
PROCAFE	Programa de Apoio Tecnológico à Cafeicultura
PRONAF	Programa nacional de incentivo a agricultura familiar
PRONAMP	Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural
RAS	Rainforest Alliance Certified
RBA	Receita Bruta Agropecuária Anual
SDG	Metas de Desenvolvimento Sustentável
SEBRAE	Serviço Brasileiro de Apoio às Micro e Pequenas Empresas
SENAR	Serviço Nacional de Aprendizagem Rural

SUMÁRIO

Capítulo 1 - Introdução	14
1.2 Estrutura do Trabalho	17
Capítulo 2 – Cadeia de Valor Global	18
2.1 A importância das Instituições.....	24
2.2 Cadeia de valor sustentáveis de alimentos (CVSA).	27
Capítulo 3 – O Café e os padrões de sustentabilidade	30
3.1 A cafeicultura brasileira.....	33
3.2 Caracterização da cadeia de valor do café no Brasil.....	35
3.3 Padrões privados	39
3.4.1 O padrão 4C: Código comum para comunidade cafeeira	43
3.6 Certificação sustentável e upgrading: casos emblemáticos	Erro! Indicador não definido.
Capítulo 4 – Discussão Teórica	62
Capítulo 5 - Metodologia de pesquisa	68
5.1 Coleta de dados	69
5.2 Levantamento de dados	69
5.3 Descrição das organizações entrevistadas	70
5.4 Análise de dados	72
Capítulo 6 – Apresentação dos resultados	75
6.1 Discussão dos resultados	82
6.2 Considerações finais e sugestão para pesquisas futuras	84
REFERÊNCIAS	86

Capítulo 1 - Introdução

Sustentabilidade pode ser um jogo em que $2 + 2 = 5$. É dessa forma que no fim do século passado Elkington (1997) descreveu como devemos inserir um enfoque sustentável nas decisões que tomamos no dia a dia.

Segundo Gatto (1995) sustentabilidade é um conceito que está difundido em uma grande quantidade de áreas do conhecimento, tais como: ecologia, engenharia, sociologia, gestão de operações, biologia e economia. Devido a esse fator, definir sustentabilidade passa a ser uma tarefa não trivial, e os conceitos entre as áreas muitas vezes apresentam divergências (Faber et al., 2005).

Mas, no que diz respeito à agricultura, como a sustentabilidade se insere? Uma das maneiras é através de padrões voluntários de sustentabilidade como Rainforest, Fair Trade, Orgânicos e padrão 4C. De acordo com *Committee on Sustainability Assessment* - (COISA, 2013), padrões voluntários de sustentabilidade são requisitos codificados de produção e gerenciamento relacionados à sustentabilidade para sistemas de produção agrícola que, quando cumpridos, podem conferir a organização produtora ou aos produtos um selo ou certificado que indique que os critérios do padrão foram cumpridos. Os padrões voluntários de sustentabilidade não são legalmente exigidos, mas podem servir para diferenciar os produtos verificados de produtos similares no mercado.

Em se tratando de Padrões Voluntários um dos produtos mais importantes em termos de volume de produção é o café. Cerca de 40% da produção dessa commodity é considerada sustentável, segundo sete diferentes programas, códigos de conduta e sistemas de certificação: o programa da indústria torrefadora alemã 4C, os guidelines da Nestlé para a marca Nespresso - Triplo AAA, o C.A.F.E. (Coffee and Farmer Equity Practices) e os sistemas de certificação Rainforest Alliance, o UTZ, o café orgânico e o FairTrade (FAO, 2014). Em torno de 77% de todo o café certificado no mundo vem da América Latina, Brasil, Colômbia e Peru (Potts et al., 2014).

Há autores que argumentam que a definição de padrões faz com que os produtores, ao adotar essas exigências, teriam uma melhoria dos processos internos, na qualidade dos

produtos, na produtividade, bem como em suas condições de vida (Borrella; Mataix; Carrasco-Gallego, 2015; Fitter; Kaplinsky, 2001; Giovannucci and Ponte, 2005; Potts et al. 2014) Além disso, de acordo com o COSA (2013) os padrões voluntários tem o objetivo de reduzir a pobreza e melhorar os meios de subsistência, especificando práticas ambientais mais racionais e eficientes em termos de recursos.

Por outro lado, há também autores que argumentam que a adoção de padrões é muito cara para os produtores e que os ganhos seriam mínimos (Jaffee, 2008). De acordo com Veiga et al. (2016) isso faz com que surja uma “tensão entre o alcance da certificação, que possui um alto custo, e a qualidade/cobertura do padrão”. Além disso, os produtores apontam um grande número de certificações e padrões que variam conforme o mercado consumidor. Esse fato causa confusão no momento de atender as exigências de cada um, pois há sobreposição nas exigências e os custos envolvidos são muito altos (Veiga, Barbosa e Saes, 2016).

Segundo Henson e Humphrey (2010) os padrões voluntários são complexos de implementar pois envolvem a adoção e manutenção de sistemas de documentação e manutenção de registros. Sendo assim, ao invés de impactar positivamente nas condições de vida de produtores de países em desenvolvimento, os padrões podem ter efeito contrário, causando o empobrecimento e a menor participação dos produtores na cadeia em termos de captura de valor (Vorley, 2003; COSA, 2013).

De acordo com Loconto e Dankers (2014), os estudos sobre os impactos dos padrões voluntários em pequenos produtores focam principalmente no GlobalGap¹, Comércio Justo e Orgânicos. Além disso, a maioria dos estudos são sobre o Quênia, México, Peru, Costa Rica e Uganda.

Sendo assim, não está claro na literatura e empiricamente quais as principais mudanças causadas pela adoção dos padrões voluntários de sustentabilidade para os produtores de café. Além disso, quais os principais agentes envolvidos nessas mudanças? Instituições privadas, públicas, ONG's, outras? Tendo em vista o apresentado, esta dissertação tem como objetivo investigar os efeitos do padrão 4C sobre os produtores de café no Brasil. Vale ressaltar que a associação 4C já é responsável por mais de 42% da produção

¹ GlobalGap é um protocolo privado de certificação voluntária, com reconhecimento internacional de Boas Práticas Agrícolas (Gap - Good Agricultural Practices).

mundial de café sustentável e 22% da produção total de café, com taxa de crescimento de volume de produção nesse padrão de cerca de 90% ao ano (Potts *et al.*, 2014b).

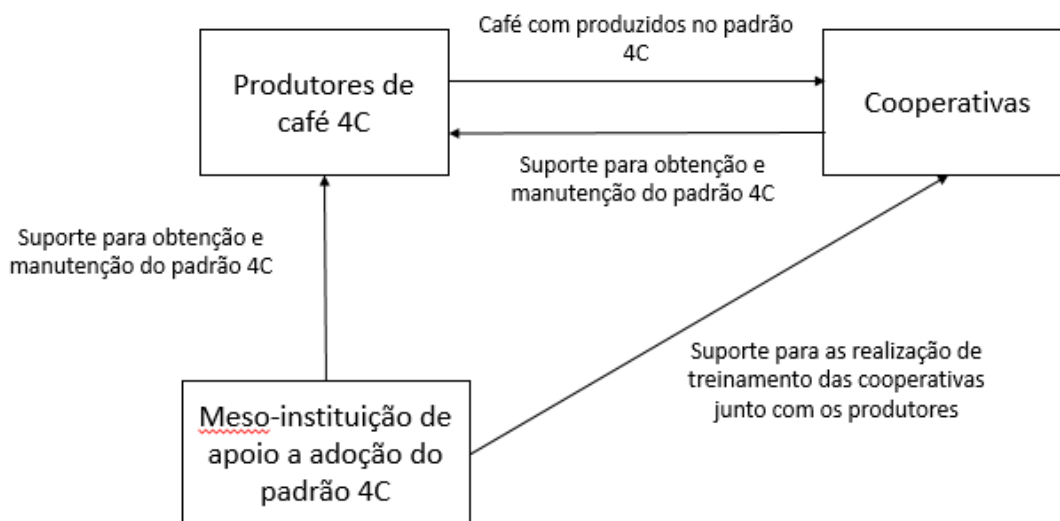
Para tratar esta questão foi feito um estudo de caso em que a unidade de análise é o padrão 4C.

Nesse contexto, o **objetivo geral** deste trabalho é investigar o padrão 4C e seus efeitos sobre os produtores brasileiros de café. Para se chegar no objetivo geral, os seguintes objetivos específicos foram traçados:

- (1) Mapear a cadeia de valor de café e o processo de obtenção do padrão 4C pelos produtores de café;
- (2) Caracterizar a melhorias econômicas e sociais feitas pelos produtores ao atender o padrão 4C;
- (3) Mostrar como é a relação das cooperativas e meso-instituições com os produtores que produzem café 4C.

O padrão 4C foi investigado sob a perspectiva das meso-instituições envolvidas com o padrão 4C, sob a visão dos produtores e das cooperativas. Para analisar os efeitos, foi usado o conceito de upgrading (melhorias) econômico, social e ambiental da literatura de Cadeia de Valor Global. A figura 1 mostra as relações entre esses agentes.

Figura I - Objetos de estudo



Fonte: Elaborado pelo autor

1.2 Estrutura do Trabalho

O trabalho está estruturado em 6 capítulos. O primeiro apresenta a introdução do trabalho com objetivos e justificativa, seguido da estrutura. O segundo capítulo trata da literatura de Cadeia de Valor Global. O capítulo três traz informações sobre a produção de café, sua importância e os principais padrões voluntários de sustentabilidade para o produto. Em seguida, apresenta-se a discussão teórica que trata das principais dimensões das melhorias que serão analisadas no estudo de caso, bem como as proposições. Posteriormente, é apresentada a metodologia da pesquisa de campo seguida da análise dos resultados, considerações finais, limitações da pesquisa e implicações para trabalhos futuros.

Capítulo 2 – Cadeia de Valor Global

Segundo Gereffi et al. (2001) a partir dos anos 70, as nações começaram a se tornar mais interdependentes. Produtos, bens, serviços, capital financeiro e, até mesmo, processos produtivos começaram a atravessar as fronteiras entre regiões, países e continentes com mais facilidade. Segundo o autor a produção orientada a exportação passou a ser sinônimo de desenvolvimento para um grande número de países. A análise desse fluxo de produção é visto com detalhes nos estudos da cadeia de suprimentos (Wahl e Bull, 2014). Esses estudos visam analisar a eficiência do fluxo de materiais, a redução de custos globais e fluxo de informação entre os agentes da cadeia.

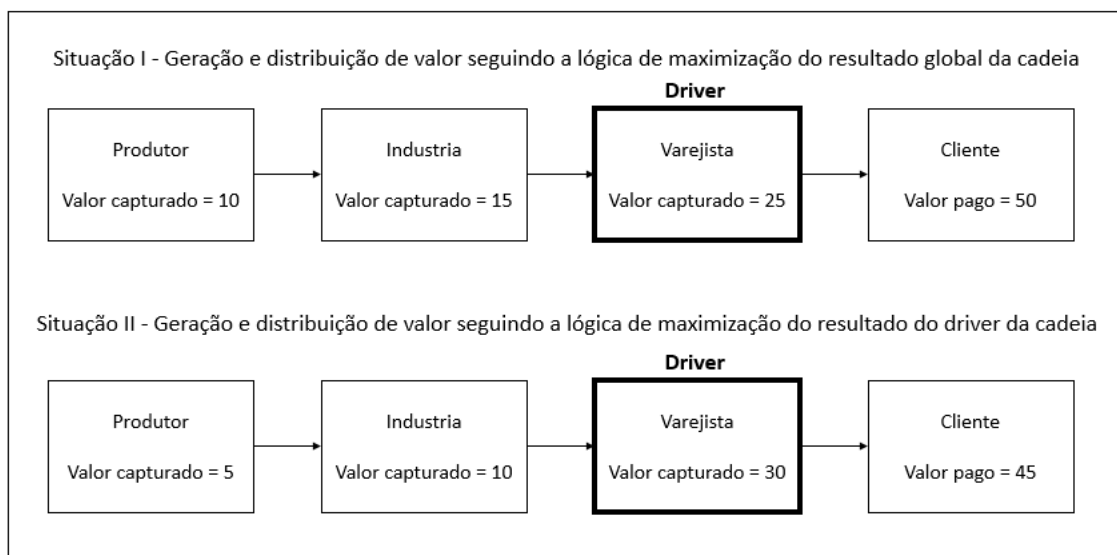
No entanto a crescente globalização da rede de produção regional e global requer uma mudança na análise da produção feita pelos estudos da cadeia de suprimentos, já que a economia global está baseado na interação de grandes empresas comerciais com pequenas empresas subcontratadas, geralmente localizadas em países menos desenvolvidos (Barrientos et al., 2011). Além disso existe uma percepção difundida de que os benefícios em geral são muito desigualmente distribuído entre os agentes da cadeia e entre os países que fazem parte da cadeia e esse aspecto é muito pouco abordado nos estudos da cadeia suprimentos (Gereffi et al., 2001). Para esse tipo de caso a análise realizada com foco na cadeia de valor global é particularmente conveniente, pois permite caracterizar a criação, diferenciação e captura de valor em todo o processo de produção (Gereffi et al., 2005). A **cadeia de valor global** pode ser entendida como o arranjo das atividades necessárias para realizar a produção de bens e serviços, de sua concepção, passando por todas as etapas da produção até chegar ao consumidor final (Kaplinsky e Morris, 2000).

Essa abordagem feita pela análise da cadeia de valor ganha ainda mais importância quando resolvemos observar a distribuição de poder aos agentes da cadeia (Nickow, 2015). Para Emerson (1962) poder é uma propriedade de relações sociais, não sendo um atributo de uma pessoa ou grupo. Por exemplo, dizer que “X tem poder” é vago, a não ser que se especifique “sobre quem”. Uma pessoa pode ser dominante numa relação enquanto submissa em outra. Com isso ele define poder de um agente A sobre um agente B como a quantidade de resistência, por parte de B, que pode ser vencida por A. Em outras palavras poder é o potencial de influência de um agente sobre outro. Segundo Frazier (1999) estudos baseados

no monitoramento de cadeias de suprimentos foram mal conduzidos, pois a relação de poder entre os agentes da cadeia não foram examinadas em profundidade.

Isso acontece porque em geral os métodos de análise de desempenho de uma cadeia de suprimento visam a maximização de valor da cadeia como um todo, enquanto a análise da cadeia de valor leva em consideração que existe uma forte tendência a se priorizar os resultados do driver da cadeia (agente com maior poder) em detrimento do resultado global (Nickow, 2015). Na figura II abaixo vemos um exemplo genérico dessas situações.

Figura II -Exemplo de geração e distribuição de valor em uma cadeia de valor.



Fonte: Elaborada pelo autor baseado em Nickow (2015)

Nesse exemplo há duas situações: a primeira em que o valor total gerado é maior (50), e o *driver* da cadeia captura (25) e a segunda em que o resultado da cadeia é menor (45), mas o *driver* da cadeia captura um valor maior (30).

Para analisar a fundo a cadeia de valor temos que explorar dois conceitos importantes relacionados a ela: a **governança** da cadeia e a possibilidade de **melhoria** (*upgrading*) dos seus agentes.

A governança visa mostrar de que forma a cadeia é controlada e como o valor e o poder são distribuídos entre seus participantes (Ponte e Gibbon, 2005). Essa abordagem na análise da cadeia de valor global é importante pois, em todos os pontos da cadeia é preciso ter algum grau de coordenação, e com isso realizar definições do tipo ‘**o quê** produzir’, ‘**como** produzir’, ‘**quando** produzir’, ‘**quanto** produzir’ e ‘a que **preço** produzir’(Gereffi et al.,

2005). De acordo com os autores a governança da cadeia pode ser entendida como “a autoridade e relações de poder que determinam como os recursos financeiros, os materiais e as pessoas são alocados e se deslocam dentro da cadeia”. O principal foco nessa análise é que a governança da cadeia é exercida por uma organização líder que faz valer seu poder de mercado (através do *market-share*) e seu posicionamento na cadeia para criar e se apropriar de valores mais altos (Gereffi et al., 2001).

A análise da governança existente em uma cadeia dirige o foco das atenções para a organização de maior poder (*driven*) que, mesmo quando não tem relações direta de propriedade com os outros elos da cadeia, consegue exercer sua influência na hora da divisão de valor capturado entre os membros (Ponte e Gibbon, 2005).

Gereffi (2001) mostra que a governança nas cadeias de valor podem ser de dois tipos: cadeias governadas pelos produtores (*Producer-Driven Chains*) e cadeias governadas pelos compradores (*Buyer-Driven Chains*).

As cadeias controladas pelos produtores são na maioria das vezes lideradas por organizações internacionais que procuram fazer integração vertical para assim conseguir ter o controle da produção. Exemplos desse tipo de cadeia são as de consumo duráveis e bens de capital como a automobilística, de computação e aeronáutica. Já as cadeias controladas pelos compradores são lideradas em geral por varejistas que procuram fazer a integração da rede de produção, realizar melhorias nos sistemas logísticos e buscar desenvolver uma relação de confiança entre os agentes da cadeia. Como exemplos podemos citar a indústria de bens de consumo não duráveis como a agroindústria, e as indústria de brinquedos e vestuário.

Outro conceito fundamental na literatura de cadeia de valor global é o conceito de melhoria (*upgrading*). De acordo com Gereffi (2005) melhoria pode ser definido como a incorporação de novas atividades que: adicionam valor ao produto, levam ao aprimoramento de tecnologias, fornecem novos conhecimentos e competências e aumentam os benefícios e lucros derivados da participação em uma cadeias global de valor. Para Humphrey e Schmitz (2002) melhoria pode ser visto como um sinônimo de inovação, o que implica em produzir de maneira mais eficiente, agregar valor aos produtos, e adotar processos mais sofisticados.

O tipo de melhoria mais citada na literatura é a melhoria econômica, que de acordos com Humphrey e Schmitz (2002) e Barrientos et al. (2011) pode ser dividido em 4 subtipos:

Melhoria de Produto Ocorre quando novos bens mais sofisticados e de qualidade superior são inseridos no portfólio de produtos da organização. Segundo Humphrey e Schmitz (2002) essa melhoria também pode ser definido como um acréscimo de valor unitário ao produto.

Melhoria de Processo: Envolve a mudança no processo de produção com o objetivo de ganhar maior eficiência. Isto pode ser obtido com a adoção de novas tecnologias de produção (como a mudança do trabalho manual para o automatizado).

Melhoria Funcional: Ocorre quando a organização muda o mix de atividades que realizam para outras que acrescentam mais valor na produção. Dentro dessa mudança de mix podem estar incluídos o desenvolvimento de novas funções através de uma maior especialização ou integração vertical da cadeia, e o abandono de outras funções que não fazem parte da estratégia da empresa. Com isso pode acontecer da organização se mover ao longo da cadeia, por exemplo mudando da produção de matérias primas para produção de produtos intermediários.

Melhoria entre Cadeias: Ocorre quando as organizações aplicam os conhecimentos e competências adquiridos em uma função específica de uma cadeia em uma outra cadeia não relacionada com a primeira. Por exemplo, uma organização especializada na fabricação de tapetes para residências passa a produzir estofados para automóveis. O sucesso desse tipo de melhoria depende da capacidade da organização se adaptar a uma nova cadeia que muitas vezes utiliza diferentes canais de venda e tecnologias de produção.

De acordo com Lim (2016) até agora as melhorias econômicas são as que mais tem recebido atenção dos pesquisadores. Isso ocorre, pois, essas melhorias são influenciadas pelo desenvolvimento comparativo e pela literatura de negócios internacionais e isso faz com que diversas áreas de pesquisa coloquem as empresas como o principal objeto de análise.

Um outro tipo de melhoria existente é a melhoria social, que segundo Rossi (2011) pode ser definido como o processo de evolução dos direitos e benefícios dos trabalhadores como atores sociais, melhorando a qualidade do seu emprego. Comparando com a melhoria econômica, Barrientos et al. (2011) nos mostra como a melhoria social difere da melhoria econômica na dimensão do trabalho. Nessa abordagem o foco são os direitos dos trabalhadores como agentes sociais. Desse modo, a garantia de qualidade do emprego deve

levar em consideração direitos, como liberdade, igualdade, segurança e dignidade, remuneração adequada, proteção e diálogo social. De acordo com Barrientos et al. (2011) essa ascensão pode ser dividida em padrões mensuráveis e direitos de permissão. Os padrões mensuráveis são os aspectos do bem-estar do trabalhador que podem ser facilmente medidos, como nível salarial e horas de serviço. Aquilo que não é facilmente medido se enquadra como direitos de permissão, como liberdade de associação, não discriminação e direito de ser ouvido.

Barrientos et al. (2011) enfatiza que as melhorias sociais e econômicas não devem ser vistos como proporcionais (em que um ajudaria a alavancar o outro) e nem como inversamente proporcionais (em que um se contrapõe ao outro). São necessários mais estudos qualitativos que mostrem as relações entre avanço social e avanço econômico. Por exemplo, uma melhora nas condições de trabalho pode acarretar num aumento de produtividade do trabalhador, havendo assim tanto melhoria social como econômica. Mas há casos em que a melhoria econômica de determinados aspectos do trabalhador leva a um aumento excessivo de cobrança por maior produtividade, elevando a arrecadação da empresa a custas de um maior estresse psicológico do trabalhador.

Com o objetivo de verificar os reais resultados trazidos pelos códigos de conduta nas melhorias das condições de trabalho, Locke et al. (2007) fizeram um estudo em duas fábricas da Nike localizadas no México. Um código de conduta é uma alternativa que uma organização tem para tentar garantir boas condições de trabalho na produção dos seus fornecedores, mesmo que esses estejam localizados em países com fracas leis trabalhistas (Nadvi e Waltring, 2004). A Nike é uma organização que passa por constante processo de melhorias de produto e processo. Faz parte do *Corebusiness* da empresa. A cada ano novos produtos com novas tecnologias são lançados no mercado. Apesar disso, ao longo da década de 1990, a Nike foi duramente criticada e teve sua imagem manchada por seus produtos fabricados em empresas de outros países que forneciam aos trabalhadores baixos salários, más condições de trabalho e violava uma serie de direitos humanos (Locke et al., 2007). Isso mostra uma dissociação entre melhoria econômica e social.

Para tentar resolver esses problemas em sua cadeia de abastecimento a Nike em 1992, formulou um Código de Conduta que exigia que seus fornecedores garantissem condições

básicas de trabalho aos seus funcionários. A eficácia da versão mais recente desse código foi testada por Locke, que verificou o quanto dessas práticas realmente eram postas em práticas em duas fábricas fornecedoras da Nike do México. Através dos dados de auditorias nessas fábricas o autor pode observar que essas duas fábricas, apesar de produzir praticamente os mesmos itens e estando no mesmo país e sob um mesmo código de conduta, tinham resultados bem distintos, com uma fornecendo uma real melhoria social e a outra não. Para justificar essas diferenças o autor conclui que outras variáveis (como melhor remuneração, mais participação nas decisões da empresa, escolha de fazer ou não horas extra e uma melhor organização do trabalho) também são importantes para a obtenção de uma significativa melhoria social.

De acordo com Rossi (2013) a melhoria social pode ser dividida em dois blocos. O primeiro é composto de elementos que são mensuráveis, facilmente quantificáveis, fácil de observar durante as visitas de fábrica e auditoria social. Segundo a autora é mais fácil desenvolver planos de ação de melhorias sociais nesse bloco já que os resultados das ações tomadas ficam claramente visíveis. Exemplos desse primeiro bloco são salários, horas de trabalho e garantias trabalhistas.

O segundo bloco envolve elementos de melhorias sociais difíceis de medir e quantificar, como por exemplo liberdade para organização de cooperativas e sindicatos, não discriminação e voz nas tomadas de decisão da organização. O objetivo de Rossi (2013) era investigar como as melhorias de produto, de processo e funcional podem levar a uma melhoria social de ambos os blocos. Para isso ela realizou um estudo de caso em uma rede de vestuário situada no Marrocos. Através de entrevistas realizadas com gerentes, pessoal de recursos humanos e trabalhadores de 30 empresas, a autora encontra resultados que sugerem que a melhoria econômica pode levar a uma melhoria social, mas não necessariamente.

Além disso a autora conseguiu associar os tipos de melhorias econômicas com determinados tipos de melhorias sociais: as melhorias de processo foram associadas a melhorias sociais mensuráveis, como redução de horas extra, melhor ambiente de trabalho e aumento da porcentagem de trabalhadores contratados formalmente. As melhorias de produto estavam relacionadas a um maior investimento em treinamento e requalificação dos trabalhadores. Já as melhorias funcionais deveriam levar a uma melhor distribuição do valor

capturado pelo produto. Porém o que foi observado que esse efeito não chegava a todos os trabalhadores. Os trabalhadores regulares acabavam adquirindo novas habilidades para atender as constantes exigências de inovação e qualidade e com isso se tornavam uma força de trabalho indispensável para as fábricas, adquirindo melhores salários e direitos trabalhistas. Já os trabalhadores irregulares, que em geral trabalhavam em áreas como embalagem, armazenamento e transporte, eram cada vez mais exigidos em termos de flexibilidade de horários e cobrança de entrega. Segundo Rossi (2013) isso mostra que para alguns trabalhadores a melhoria econômica funcional resulta em um downgrading social, tanto em termos mensuráveis (contratos casuais ou não-existent, baixos salários e longas horas de trabalho) como imensuráveis (discriminação e assédio moral).

2.1 A importância das Instituições

De acordo com North (1994) as instituições são as regras e comportamentos formais e informais que orientam a sociedade, ou em outras palavras, são os constrangimentos que guiam as interações humanas concebidas pelos humanos. Segundo o autor a instituição tem o objetivo de estruturar os incentivos nas trocas humanas, sendo que essa é a chave para entender as mudanças históricas em geral. Para esse autor as mudanças institucionais explicam de que forma o passado influencia o presente e o futuro, já que segundo ele as instituições definem e limitam a quantidade de escolhas dos indivíduos. Segundo North, a principal finalidade das instituições em uma sociedade é reduzir a incerteza, construindo assim uma estrutura estável para as interações humanas, já que sem os constrangimentos institucionais, o comportamento oportunista iria impedir transações complexas, devido à incerteza relacionadas aos interesses que os agentes iriam ter um no outro na aplicação do acordo. Essa estabilidade das instituições de acordo com o autor não significa que elas são estáticas, mas que mudanças institucionais são processos complexos, que na maioria das vezes ocorre de forma incremental. De acordo com Dequech (2012) regras que passam por mudanças em curtos períodos de tempo não podem ser classificadas como instituições, pois elas não poderiam estabelecer a estabilidade necessária para diminuir as incertezas e os custos de transação.

Segundo Scott (2008) os efeitos das instituições podem ser divididos em regulativo, normativo e cognitivo. De acordo com Bernardo (2014) o **efeito regulativo** está centrado na ideia de que “um arranjo institucional estipula o conjunto de ações permitidas e utiliza mecanismos de *enforcement* capazes de punir de formas variadas comportamentos não regulados”, e com isso “a eficácia regulativa de uma instituição está intimamente associada à capacidade de monitoramento de seu cumprimento”.

Já o **efeito normativo** tem segundo Bernardo (2014) a função de:

“(...) valorar os diversos comportamentos e pensamentos dos homens, isto é, estipular incentivos diferenciados através de valores do que é preferível ou desejável em relação às outras possibilidades. Desse modo, as instituições não apenas limitam as escolhas possíveis, mas também apresentam diferentes graus de aceitabilidade social das opções disponíveis, o que resulta em algum tipo de gradação” (Bernardo, 2014, p. 82).

Por fim temos o **efeito cognitivo**, que de acordo com Dequech (2011) tem papel informacional, prático e profundo. De acordo com o autor:

“Além de dar informações elas (as instituições) também incorporam ou corporificam conhecimento prático ou tácito; e, especialmente como modelos mentais compartilhados, desempenham uma função cognitiva profunda ao influenciar o modo como os indivíduos selecionam, organizam e interpretam informações. Em termos de motivações, as instituições não apenas dão incentivos, como usualmente enfatizado por economistas mainstream, mas também influenciam os próprios objetivos que as pessoas buscam e as obrigações que os indivíduos se atribuem. Essas são o que podemos denominar as variantes simples e profundas do seu papel motivacional, respectivamente. Finalmente, as instituições podem também desempenhar um papel emocional, menos estudado por enquanto, através do qual influenciam o estado emocional das pessoas” (Dequech, 2011, p.607).

Ménard (2014) nos apresenta um tipo específico de instituição: a meso-instituição. De acordo com o autor uma Meso-instituição faz é transformar regras gerais definidas por macro instituições (com o Estado, os sistemas de relações de trabalho, o sistema financeiro) para regras específicas a serem aplicadas nas organizações. Em outras palavras ela irá transformar regras gerais, como por exemplo, “minimizar os impactos ambientais”, em regras específicas, como por exemplo no caso da plantação de café, quais pesticidas podem ser usados, em quais concentrações e frequência, em quais épocas do ano, entre muitas outras especificações. A mesma regra “minimizar os impactos ambientais”, provavelmente será traduzida em regras específicas diferentes quando aplicada a uma outra organização, como por exemplo na produção de leite, na construção civil, etc. Ménard (2014) cita como exemplo a existência de diversos tipos de tribunais especializados responsáveis pela implementação de contratos de trabalho. Cada um deles tem a função de traduzir as leis trabalhistas gerais para regras específicas dentro de uma determinada área, como por exemplo medicina, engenharia e docência. Esses tribunais, segundo ele, são subsidiários das meso-instituições, ou seja, eles são as organizações responsáveis por traduzir e difundir as regras gerais em específicas.

Um exemplo de organização difusora de meso-intituição na agroindústria brasileira é o Imaflora. Segundo o site da organização: “O Instituto de Manejo e Certificação Florestal e Agrícola – Imaflora – é uma associação civil sem fins lucrativos, fundada em Piracicaba, em 1995. O Instituto nasceu sob a premissa de que a melhor forma de conservar as florestas tropicais é dar a elas uma destinação econômica, associada a boas práticas de manejo e a uma gestão responsável dos recursos naturais. Dessa perspectiva, o Imaflora acredita que a certificação socioambiental é uma das ferramentas que respondem a parte desse desafio, com forte poder indutor do desenvolvimento local, sustentável, nos setores florestal e agrícola. Da mesma maneira, o Instituto busca influenciar as cadeias produtivas dos produtos de origem florestal e agrícola; colaborar para a elaboração e implementação de políticas de interesse público e, finalmente, fazer, de fato, a diferença nas regiões em que atua, criando ali modelos de uso da terra e de desenvolvimento sustentável que possam ser reproduzidos em outros municípios, regiões ou biomas do País.”². Esse instituto é o responsável no Brasil pela

² http://www.imaflora.org/imaflora-institucional/id_2232.php

certificação Rede de Agricultura Sustentável (RAS) – Rainforest Alliance Certified e foi de 2013 até 2016 o responsável pela verificação da associação 4C. Apesar desse tipo de organização estar formalmente fora das cadeias produtivas agropecuárias, ela tem importância na difusão de novas regras e comportamentos desse setor.

2.2 Cadeia de valor sustentáveis de alimentos (CVSA).

De acordo com FAO (2014) o desenvolvimento de cadeias de valor sustentável de alimentos pode ser uma importante alternativa para que famílias de países em desenvolvimento saiam da pobreza. Em todo o mundo profissionais que fazem parte de organizações públicas, privadas e não governamentais estão constantemente desenvolvendo e implementando soluções inovadoras para enfrentar esse problema crônico de pobreza, sendo que parte dessas soluções não conseguem ter um impacto positivo duradouro, enquanto outros conseguem melhorar o sistema em grande escala e de forma contínua e sustentável (FAO, 2014).

Com o objetivo de disseminar essas experiências aprendidas por diversos agentes ao longo dos últimos anos a FAO (Food and Agriculture Organization of the United Nations) lançou no final de 2014 o relatório *Developing Sustainable Food Value Chains*. O objetivo desse relatório é causar impacto no crescimento da rentabilidade do agronegócio e da agricultura, na criação de empregos de qualidade, na geração de receitas públicas, no fortalecimento da oferta de alimentos e na melhoria do ambiente natural.

Para isso a organização lança o conceito de Cadeia de valor sustentáveis de alimentos (CVSA), que é definida como:

“Toda a gama de fazendas e empresas e suas atividades coordenadas e sucessivas de agregação de valor que produzem matérias-primas agrícolas e transforma essas em uma série de produtos alimentares que são vendidos aos consumidores finais e são eliminados após a utilização, de forma que é rentável por todas as partes sem esgotar os recursos naturais de forma permanente”
(FAO, 2014, p. 46).

Segundo o relatório um dos principais objetivos desse novo conceito é combater a insegurança alimentar causada pela pobreza. De acordo com a FAO (2014) quanto mais famílias tiverem recursos financeiros suficientes para atender as próprias necessidades, mais seria a demanda efetiva que impulsionaria o fornecimento de alimentos. Esse aumento de demanda tornaria a produção e oferta de alimentos mais atrativa, elevando a concorrência nesse setor, o que poderia levar a uma redução do preço dos alimentos ao consumidor ou aumentar o seu valor nutricional, sem aumentar o seu preço. Segundo o relatório, reduzir o custo dos alimentos tem um forte efeito sobre a redução da pobreza principalmente quando o alimento é responsável por uma grande parte das despesas da população, como é o caso na maioria dos países em desenvolvimento. A abordagem da CVSA pode ter uma importância significativa na melhoria da eficiência da produção agrícola, reduzindo os preços e aumentando a disponibilidade dos produtos agrícolas e, assim, possibilitam que esses alimentos sejam mais acessíveis pelas famílias.

Segundo FAO (2014) a agregação de valor adicionado em uma cadeia pode ser capturada na forma de:

- 1) Salários para os trabalhadores;
- 2) Retorno sobre ativos (lucros) para empresários e proprietários de ativos;
- 3) Receitas fiscais para o governo;
- 4) Uma melhor oferta de alimentos para os consumidores; e
- 5) Um impacto sobre o meio ambiente (externalidades), que podem ser positivas ou negativas.

A abordagem CVSA proposta por FAO (2014) traz de novo o argumento crítico que esses 5 fatores não podem ser vistos de forma isolada. Segundo a abordagem tradicional da cadeia de valor de alimentos quanto mais um dos cinco agentes capturasse valor, menos sobriaria para os outros quatro agentes. Já pela análise da CVSA este valor acrescentado colocaria em movimento três ciclos de crescimento - o ciclo de investimento, o ciclo multiplicador e o loop do progresso. Estes ciclos têm influência na sustentabilidade econômica, social e ambiental e impactam diretamente a pobreza e na fome. Com isso o crescimento combinado com uma distribuição equitativa do valor adicional é necessário para causar efeitos reais para o fim da pobreza (FAO, 2014). Nessa abordagem as meso-

instituições teriam o papel de fazer esses ciclos de crescimento funcionar, através da criação de processos que facilitem a comunicação entre os agentes da cadeia de valor.

Capítulo 3 – O Café e os padrões de sustentabilidade

O Brasil é o maior produtor mundial de café, posição consolidada a quase 180 anos. Esse produto foi e continua sendo muito importante para o desenvolvimento da economia do país (Giambiagi et al., 2011). Com origem na Etiópia, o café chegou na América pelos franceses em meados do século XVII, que ao observarem os lucros que holandeses estavam tendo com essa agricultura passaram a adquirir mudas e também difundir essa cultura em suas colônias, entre elas Cuba, Porto Rico, Suriname e Guiana Francesa (Marquese, 2015).

Em 1727 o Sargento-Mor Francisco de Mello Palheta, a mando do governador do Maranhão e Grão-Pará, partiu em uma missão na Guiana Francesa para obter as primeiras mudas de café, e assim o fez. Com isso o café começou a ser cultivado no Brasil primeiramente em Belém no Pará, se alastrando rapidamente pela região norte do país (Marquese, 2015).

Devido ao seu alto valor comercial e o clima favorável à sua produção, o café passou posteriormente a ser produzido no Rio de Janeiro e seu sucesso comercial foi tanto que rapidamente avançou para o Vale do Paraíba, se expandindo para o oeste de São Paulo e chegando até o norte do Paraná (Prado Junior, 1981).

Toda essa difusão foi possível devido ao financiamento do império português associado a barões e coronéis que eram grandes proprietários de terra (Viscardi, 2001). Com a exploração do trabalho escravo esses proprietários conseguiram acumular grandes fortunas, geradas por alta produção de baixo custo associada a uma demanda cada vez maior do consumo interno nacional e das exportações de café (Torre, 2013).

Em meados do século XIX o café passou a ser o produto com maior peso na economia brasileira, e sendo o principal produto de exportação propiciou altos investimentos em infraestrutura e transporte principalmente para o interior paulista e norte paranaense (Marquese, 2015). Como exemplo disso podemos citar as grandes estradas de ferro que foram construídas para escoar o café das maiores áreas de produção para o porto de Santos. Com isso em 1845 o Brasil já produzia cerca de 45% do café mundial (Marquese, 2015).

Segundo Marquese (2013), o fim da escravidão e do tráfico negreiro no Brasil associado ao forte ritmo de crescimento e produção do café, fez com que se iniciasse um processo de imigração de trabalhadores vindos de Europa, em especial italianos. Em 1886 o Brasil recebeu cerca de 30 mil imigrantes europeus. Esse número cresceu rapidamente chegando a próximo a 200 mil no ano de 1895 (Prado Junior, 1981).

O café no Brasil passou pela sua primeira grande crise no começo do século XX, devido a um crescimento exponencial da produção e aumento da concorrência do mercado externo, tudo isso não acompanhado por um proporcional aumento de demanda (Viscardi, 2001). Com isso em 1902 a expectativa de colheita para a safra brasileira de café para o ano de 1906 era de 17 milhões de sacas, sendo que o consumo mundial era de cerca de 20 milhões de sacas. Esse excesso de oferta fez com que os preços do café despencassem a um nível que quase não cobriam os custos de produção. Com isso o governo brasileiro fez sua primeira grande intervenção no setor cafeeiro (Viscardi, 2001). Através de um acordo entre os governadores de São Paulo (Jorge Tibiriçá), Minas Gerais (Francisco Sales) e Rio de Janeiro (Nilo Peçanha) foi firmado o convênio de Taubaté. Nele ficou determinado que o governo compraria o excedente de café não vendido por um preço pré-fixado, aumentaria a propaganda para o consumo de café brasileiro no exterior, incentivaria o consumo interno e proibiria a plantação de novas lavouras de café (Marquese, 2015). Tudo isso para aumentar a demanda, controlar a oferta e com isso fazer com que o preço do café voltasse a ter um preço rentável. Essa medida trouxe relativa estabilidade a cafeicultura brasileira por pouco mais de duas décadas (Marquese, 2015).

Porém em 1929 o mercado cafeeiro enfrentou uma nova grande crise. Segundo (Giambiagi et al. (2011) a quebra da bolsa de Nova Iorque levou a uma drástica queda na demanda de café no mundo todo. Com isso governo chegou a comprar e queimar várias toneladas de café (78 milhões de sacas em 12 anos) a fim de regular a oferta dessa cultura. De acordo com o autor, mesmo com essas medidas, a crise se alastrou por vários anos – sendo agravada no período da segunda guerra mundial - o que fez quebrar muitos grandes produtores de café. Com isso os produtores que continuaram no negócio passaram a firmar parcerias com os trabalhadores vindos da Europa, que passaram a ter o trabalho pago com parte da terra cultivada (Bertonha, 1997). Isso fez com que grandes fazendas se

transformassem em diversas pequenas propriedades. É nesse ponto da história que nasce em grande escala o pequeno produtor de café.

Decorrido o fim da segunda guerra o mercado do café voltou a gradualmente se estabilizar. Com isso através do financiamento do governo foi criado em 1952 o Instituto Brasileiro do Café, a fim de desenvolver pesquisas, criar políticas e realizar investimentos na produção de café (Giambiagi et al., 2011).

No fim dos anos 60 e começo dos 70 anos a região norte no Paraná sofreu com fortes geadas que ocorrerem algumas vezes em poucos anos, e isso fez com boa parte da safra fosse perdida – chegando a 80% de perda em 1970 (Marquese, 2015). Com isso o governo federal iniciou um plano de renovação e revigoração para expansão das fronteiras do café, dando incentivos fiscais para que os estados do centro-sul – principalmente sul de Minas Gerais, nas regiões do Triângulo Mineiro e Alto do Parnaíba – aumentassem significativamente o cultivo do café (Lafer, 1973).

Nas décadas de 80 e 90 uma gradativa redução nos preços do café fez com que muitos agricultores passem a produzir outras culturas que vinham uma demanda crescente, como a soja e o milho. Em 1990 foi criado o PROCAFE - Programa de Apoio Tecnológico à Cafeicultura – e através dele a produção de café passou por um período de modernização através de investimentos privados e incentivos governamentais (Rodrigues et al. 2011).

Em 1996 motivado principalmente por uma escassez de oferta para o café no mercado interno, o governo federal funda o CDPC - Conselho Deliberativo de Política Cafeeira, formado por doze membros - seis representam do governo e seis do setor privado, sendo dois representantes do conselho nacional do café (CNC), um da Confederação da Agricultura e Pecuária do Brasil (CNA), um da Federação Brasileira dos Exportadores de café (FEBEC), um da Associação Brasileira da Indústria de Café (ABIC) e um da Associação Brasileira da Indústria de Café Solúvel (ABICS). Desde então a política cafeeira no País passou a ser gerenciada pelo CDPC (Giambiagi et al. 2011).

Depois de uma relativa estabilidade no cultivo de café no fim dos anos 90, ele volta a bater recordes de produção nos anos 2000, chegando a um volume de 50 milhões de

sacas em 2003 – o máximo até então tinha sido de 35,6 milhões de sacas (Conab, 2015). Nessa época normas ambientais de sustentabilidade passaram a ganhar força. Isso teve aspectos positivos relacionados a fatores com a preservação do meio ambiente e segurança no trabalho, porém isso também fez que os custos de produção aumentassem bastante, tornando a produção economicamente insustentável em locais em que seriam necessários maiores investimentos relacionados principalmente a maior remuneração do trabalho e do tratamento de solos poucos produtivos (Ukers, 2010).

Nos últimos anos os investimentos em tecnologia têm contribuído fortemente com os altos níveis de produtividade da produção de café, fazendo com que o Brasil tenha vantagem sobre concorrentes internacionais, se mantendo no posto de maior produtor mundial de café (Giambiagi et al., 2011).

3.1 A cafeicultura brasileira

O café está entre os produtos agrícolas mais comercializados no mundo. Suas vendas anuais no varejo que cresceram de U\$ 45 bilhões (Alvarez et al., 2010) em 2007 para U\$ 173,4 bilhões em 2014 (International Coffee Organization - ICO, 2014) fazem dele um dos principais segmentos na indústria mundial de alimentos e bebidas (Carvalho et al., 2016). O fato de sua produção estar majoritariamente concentrada em países localizados em regiões tropicais do hemisfério sul e consumido principalmente nas regiões temperadas do hemisfério norte faz com que o café seja um produto muito importante no comércio internacional (Carvalho, Paiva e Vieira, 2016). Esse comércio é considerado muito importante para levar recursos de países mais desenvolvidos para países em desenvolvimento (ICO, 2014). Segundo Giovannucci e Ponte (2005) mais de 6 milhões de famílias vivem em função dessa cultura. Essas famílias são responsáveis por mais de 70% da produção mundial de café (Bravo-Monroy et al., 2016).

O Brasil tem destaque quando falamos em produção e comercialização de café (Santos et al., 2009; Costa et al., 2013; Rodrigues et al., 2011). De acordo com o relatório

“2015-2024 Agricultural Outlook lançado em julho de 2015” pela FAO e pela OCDE³, o país é o principal fornecedor de café em todo o mundo.

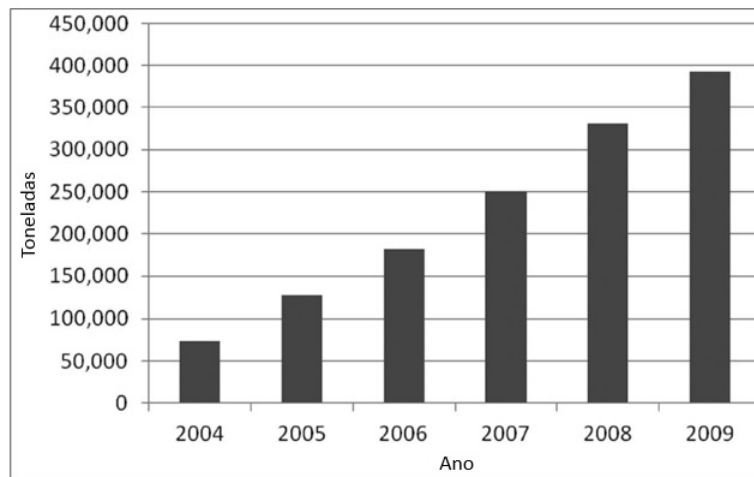
Segundo dados da Associação Brasileira da Indústria do Café - ABIC a produção de café no Brasil em 2015 correspondeu a cerca de 32% do total da produção mundial. Além disso, o Brasil também é o maior consumidor mundial de café (em kg de café), com um consumo anual de cerca de 1200 milhões de kg.

O Brasil também surge como um protagonista na produção mundial de café sustentável. Segundo Potts (2007) o movimento de certificação de café apresenta uma solução baseada no mercado para os problemas criados pela liberalização do comércio, através da fixação de preços mínimos e pagamento de preços prêmios para reduzir a volatilidade do negócio, atingir novos mercados e incentivar uma produção ecologicamente sustentável. O Wal-Mart, um dos maiores varejistas mundiais, compra todas as suas seis marcas próprias de café sustentável diretamente de produtores brasileiros (Elder et al., 2014).

Além disso é importante observar que a taxa média de crescimento anual de vendas de café sustentável vem sendo significativamente maior do que o crescimento anual das vendas de café convencionais (Potts e Sanctuary, 2010). Baseado em Potts et al.(2010), Elder (2014) nos mostra evolução das vendas de café sustentável. Podemos ver no Gráfico I que as vendas de café sustentável aumentaram quase 400% de 2004 a 2009.

³ Organization for Economic Cooperation and Development

Gráfico 1 - Evolução das vendas de café sustentável.

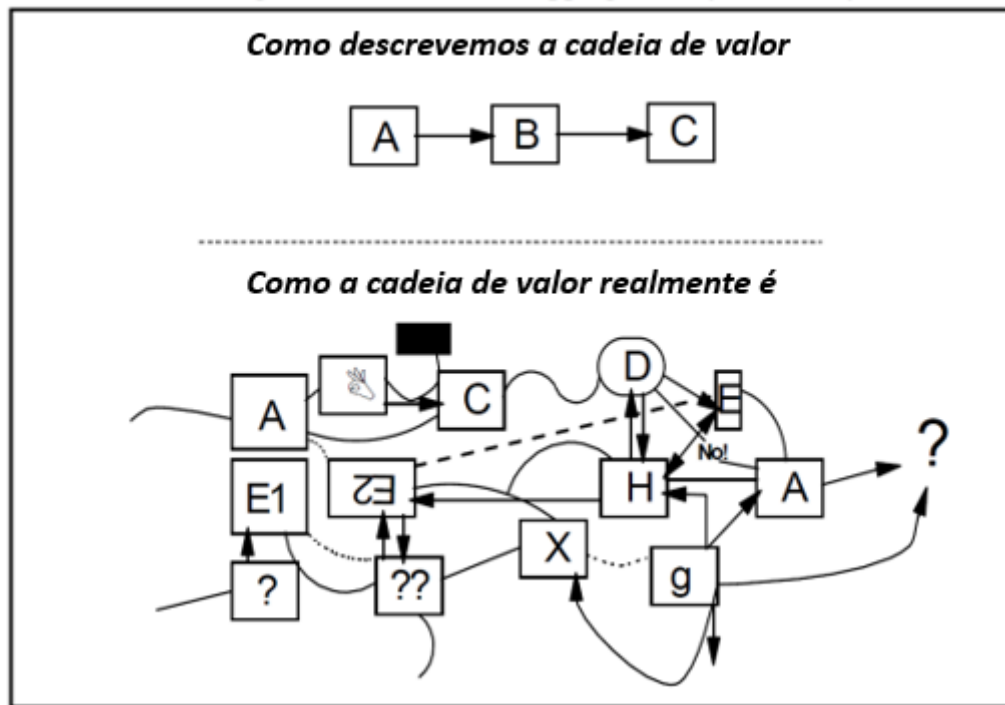


Fonte: Adaptado de Elder (2014)

3.2 Caracterização da cadeia de valor do café no Brasil

Caracterizar uma cadeia de valor complexa como a do café não é uma tarefa simples. Os diferentes caminhos que esse alimento pode percorrer desde a produção até o consumidor final dificulta a elaboração de um diagrama de cadeia que seja um espelho da realidade. Sobre isso Henson e Humphrey (2010) nos alertam sobre as armadilhas de representar uma cadeia com excesso de informações. Segundo eles as cadeias de valor global têm uma complexidade tão grande que o esforço para mapear todos os fluxos com exatidão só resultariam em um esquema confuso, visivelmente poluído e ainda assim longe de representar o que precisamente acontece. De acordo com Brown et al. (2000) essa dificuldade faz com que os trabalhos sobre cadeia de valor adotem uma representação simplificada da cadeia, como vemos na Figura III. Essa simplificação segundo os autores deve ser realizada visando evidenciar os agentes, fluxos e processos que fazem parte do tema da pesquisa. Com isso uma mesma cadeia de valor poderia ter diferentes representações dependendo dos objetivos da pesquisa a ser realizada sobre ela.

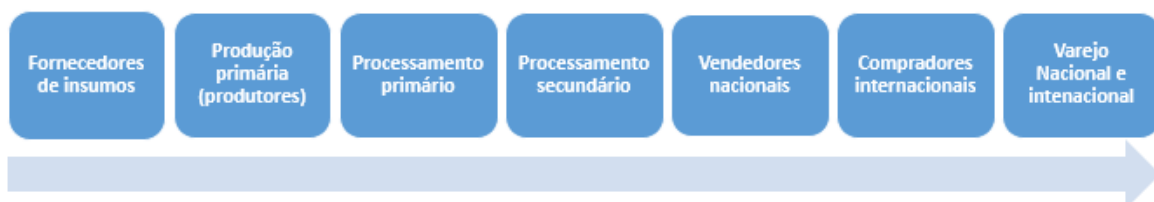
Figura IIIII - Mapa da cadeia de valor: Teoria e realidade



Fonte: Adaptado de Brown et al. (2000)

Baseado diagrama do sistema agroindustrial do café do Brasil proposto por Saes e Nakazone (2002) e nos objetivos dessa pesquisa foi elaborado a cadeia de valor do café como visto na Figura IV. Tentaremos então descrever a partir dela quem são cada um desses agentes no Brasil.

Figura IIV - Cadeia de valor do café no Brasil



Fonte: Adaptado de Saes e Nakazone (2002)

Fornecedores de insumo: Composto de organizações que fornecem produtos básicos para produção, como Indústria de máquinas e implementos, produtores de mudas e sementes, e Indústria de defensivos e fertilizantes.

Produção primária: Agentes que realizam do plantio a colheita do café. É aqui que estão inseridos os produtores de café, que são classificados em pequenos, médios e grandes.

Pequenos Produtores - Segundo a lei Lei Federal 11.428, de 22 de dezembro de 2006⁴ “o pequeno produtor rural é aquele que, residindo na zona rural, detenha a posse de gleba rural não superior a 50 (cinquenta) hectares, explorando-a mediante o trabalho pessoal e de sua família, admitida a ajuda eventual de terceiros, bem como as posses coletivas de terra considerando-se a fração individual em torno de 50 (cinquenta) hectares (varia conforme a região), cuja renda bruta seja proveniente de atividades ou usos agrícolas, pecuários, silviculturais ou do extrativismo rural em 80% (oitenta por cento) no mínimo”. Essa lei é usada pelo governo federal brasileiro para definir quais produtores podem receber os incentivos e vantagens do PRONAF (programa nacional de incentivo a agricultura familiar). Bancos e financiadoras podem ter seus próprios critérios para definir pequenos, médios e grandes produtores rurais, e assim definir os limites de crédito de cada uma dessas faixas. O Banco do Brasil, por exemplo define pequeno produtor aquele que possui renda anual de até R\$360.000,00⁵.

Médios Produtores - Segundo o PRONAMP (Programa Nacional de Apoio ao Médio Produtor Rural) o médio produtor rural são os “Proprietários rurais, posseiros, arrendatários ou parceiros que: tenham, no mínimo, 80% de sua renda bruta anual originária da atividade agropecuária ou extrativa vegetal e possuam renda bruta anual de até R\$ 1,76 milhão.⁶”

Grandes Produtores - Segundo a resolução nº 4.174, de 27 de dezembro de 2012, o Conselho Monetário Nacional definiu a classificação dos produtores rurais para assim determinar as regras de concessão de crédito rural. O grande produtor seria aquele com renda bruta anual mínima de R\$ 800.000 ou tivesse rendimentos provenientes de atividades não rurais representem mais de 20% (vinte por cento) de sua receita bruta total⁷. Já o Manual de Crédito Rural (MCR) do Banco Central do Brasil, que é a base de todas as linhas de financiamento existentes para o agronegócio brasileiro classifica o grande produtor como

⁴ http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2004-2006/2006/Lei/L11428.htm. Acesso em maio de 2016.

⁵ <http://central3.to.gov.br/arquivo/180407/>. Acesso em maio de 2016.

⁶ http://www.bndes.gov.br/SiteBNDES/bndes/bndes_pt/Institucional/Apoio_Financeiro/Programas_e_Fundos/pronamp.html. Acesso em junho de 2016.

⁷ <http://www.bcb.gov.br/htms/normativ/RESOLUCAO4174.pdf>. Acesso em junho de 2016.

aquele com que possui Receita Bruta Agropecuária Anual (RBA) auferida ou estimada acima de R\$ 1,60 milhão⁸.

Vemos nos exemplos acima que existem diferentes critérios de classificação para o produtor rural, definidos por instituições distintas. Um mesmo produtor pode, por exemplo, ser classificado como médio em uma classificação e grande em outra. Talvez por essa razão os trabalhos na literatura tendem a não se preocupar em definir como um produtor é classificado. No caso do pequeno produtor, pelos trabalhos presentes na revisão, é subentendido que a renda bruta anual desses produtores é muito menor do que todos os diferentes limites de classificação necessário para atingir uma categoria de médio produtor.

Processamento primário: Organizações que realizam descascamento (retirada da casca e do pergaminho do grão); pré-limpeza (retirada de cascas e pergaminhos); e catação/separação (separação dos grãos perfeitos das impurezas, como folhas, paus, pedras e torrões de terra).

Processamento secundário: Organizações que realizam a torrefação, blend (mistura de grãos), moagem e embalagem do café.

Vendedores nacionais: Responsáveis por intermediar as vendas entre a indústria de processamento e grandes produtores ao mercado externo. Em geral é composto de Associação de Produtores e Cooperativas. Segundo a Lei nº 5.764/71, no artigo 4º, “As cooperativas são sociedades de pessoas, com forma e natureza jurídica próprias, de natureza civil, não sujeitas a falência, constituídas para prestar serviços aos associados, distinguindo-se das demais sociedades”. Já a associação é uma forma jurídica de legalizar a união de pessoas em torno de necessidades e objetivos comuns. Sua constituição permite a construção de melhores condições do que aquelas que os indivíduos teriam isoladamente para a realização dos seus objetivos⁹.

Segundo o SEBRAE¹⁰ “A diferença essencial entre associações e cooperativas está na natureza dos dois processos: as associações têm por finalidade a promoção de assistência

⁸http://www.aprosoja.com.br/storage/produtor/servicos/files/Cartilha_de_credito_V_final_Revisada.pdf. Acesso em junho de 2016.

⁹[http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/\\$File/5192.pdf](http://www.bibliotecas.sebrae.com.br/chronus/ARQUIVOS_CHRONUS/bds/bds.nsf/5a3f332ba54f0cef713f1575676d4133/$File/5192.pdf)

¹⁰ www.sebrae.com.br/sites/PortalSebrae/artigos/entenda-as-diferencas-entre-associao-e-cooperativa

social, educacional, cultural, representação política, defesa de interesses de classe e filantropia. Já as cooperativas têm finalidade essencialmente econômica e seu principal objetivo é viabilizar o negócio produtivo dos associados junto ao mercado. Enquanto a associação é adequada para levar adiante uma atividade social, a cooperativa é mais adequada para desenvolver uma atividade comercial em média ou grande escala de forma coletiva. A associação tem uma grande desvantagem em relação à cooperativa, pois ela engessa o capital e o patrimônio. Em compensação, tem algumas vantagens que compensam para grupos que querem se organizar: o gerenciamento é mais simples e o custo de registro é menor”.

Alguns exemplos de Associação de café no Brasil são a ACA (Associação dos Cafeicultores de Araguari), a Abacafé (Associação dos Cafeicultores do Oeste da Bahia) e a ACOB (Associação de Cafeicultura orgânica do Brasil).

Já exemplos de cooperativas de café são a COOPINHAL (Cooperativa dos Cafeicultores da Região de Pinhal), a CASUL (Cooperativa Agrária de Cafeicultores do Sul de São Paulo) e a Coopermota (Cooperativa dos Cafeicultores da Média Sorocabana).

Compradores internacionais: Intermediário entre os exportadores nacionais e o mercado externo. O trabalho desse agente consiste em gerenciar o transporte e armazenamento do café do país de origem ao país de destino.

Varejo Nacional e Internacional: O café chega até os consumidores finais através dos varejistas, como o Wal-mart, ou através de bares e restaurantes, como a Starbucks.

3.3 Padrões privados

De acordo com Gibbon et al. (2008) nas cadeias de valor globais a relação comercial entre os países tem sido crescentemente marcada pela interferência de arranjos regulatórios (públicos e privados). Esses arranjos exercem influência nos processos produtivos e podem causar entraves administrativos e financeiros devido aos custos no atendimento a exigências e na comprovação de conformidade a determinado padrão. Isso traz a necessidade de criação de medidas que propiciem uma maior uniformidade na elaboração destes padrões e da redução dos processos regulatórios descentralizados entre os países (Ponte e Gibbon, 2005).

Segundo Wahl e Bull (2014) mesmo com os esforços promovidos por diversos agentes dentro das cadeias de valor global visando promover uma maior harmonização regulatória, é visto que ocorre uma crescente proliferação de organizações responsáveis pela criação e aplicação de exigências técnicas e sanitárias. Essas exigências muitas vezes vão além da atuação do setor público, tendo a participação de organizações não governamentais, como varejistas, organizações industriais e organizações coletivas internacionais. De acordo com Wahl e Bull (2014) esses agentes não estatais são responsáveis pela elaboração dos chamamos “padrões privados”. Segundo esses autores, apesar dos padrões privados tratarem de normas que, na maior parte das vezes, são voluntárias, é visto que a adoção dessas exigências pode ser um fator decisivo para o acesso de uma empresa a determinados mercados.

Henson e Humphrey (2010) nos mostram algumas razões pelas quais as organizações preferem muitas vezes a adoção de normas privadas ao invés de normas públicas. Segundo eles as regulamentações públicas muitas vezes apenas dizem respeito a quais resultados devem ser atingidos, porém sem especificar como isso deve ser feito. Por outro lado, alguns padrões privados são mais específicos sobre como atingir determinadas metas ou operacionalizar requisitos baseados em processos. Ou seja, enquanto as normas públicas tipicamente estabelecem os parâmetros básicos de um sistema regulatório, os padrões privados elaboram como esses parâmetros poderiam ser alcançados e operacionalizado. As meso-instituições agem nesse ponto, fazendo a transposição de normas gerais para parâmetros específicos. Além disso, segundo Codron e Soler (2005) os padrões privados se diferenciam dos padrões públicos por muitas vezes serem os responsáveis pela definição de um padrão mínimo de qualidade em toda a cadeia de valor. Isso ocorre porque em determinados países em que ocorre a produção, os padrões públicos podem ser menos restritivos que os padrões públicos de outros países dentro da mesma cadeia.

De acordo com Neilson e Pritchard (2007) essa regulação privada está inserida em uma cultura de aprimoramento exigido pelo próprio mercado, cujo escopo abrange desde melhorias da qualidade produtiva da cadeia, até a criação de produtos inovadores e a difusão de valores éticos. Além disso, as exigências desses padrões podem ter objetivos de regulação distintos e estar relacionadas, por exemplo, a esferas como a defesa de valores sociais, a

promoção do cultivo orgânico, a preocupação com fatores relativos à mudança climática, dentre outras (Neilson e Pritchard, 2007).

Além disso, de acordo com Henson e Humphrey (2010) os padrões privados têm o potencial de facilitar a coordenação das cadeias de valor e transmitir informações confiáveis sobre a natureza dos produtos e as condições em que são produzidos e transportados. Esse fator parece ser cada vez mais importante devido ao constante aumento da conscientização da população em relação a importância da segurança e da qualidade dos produtos e serviços consumidos, e esse é um fator chave para a proliferação de normas e padrões privados (Chyau, 2009). De acordo com o autor foram diversos os casos em que a ausência de sistemas de segurança alimentar levou a danos extremamente graves a saúde dos consumidores. Segundo Chyau (2009) os consumidores de todos os países, ricos ou pobres, têm o direito a ter alimentos preparados sob os mesmos padrões de segurança universais, sabendo que os alimentos são seguros, saudáveis, nutritivos e atendendo a todas as exigências de saúde, sem se preocupar com a segurança dos alimentos que estão consumindo. A adoção de padrões como certificados, verificações ou códigos de conduta são uma forma de, ao mesmo tempo garantir o cumprimento de normas de segurança alimentar e informar aos consumidores que isso foi feito (Kolk, 2013).

3.4 Principais padrões sustentáveis para o café

Para garantir que a produção de café siga de fato critérios sustentáveis, a indústria em conjunto com diversas ONGs criaram diversos padrões que garantem o cumprimento de determinadas normas de sustentabilidade (Kolk, 2012). Esses padrões começaram a ser lançados na década de 80 em resposta as preocupações com as implicações do aumento da produção agrícola para o ambiente e para sociedade (Taylor, 2005). Com isso a demanda por café sustentável começou a crescer progressivamente (Giovannucci e Koekoek, 2003).

Os quatro principais padrões de sustentabilidade para o café são: Fairtrade, Orgânico, Rainforest Alliance (RA), Utz e 4C (Kolk, 2013). Esses padrões são uma alternativa para os produtores informarem aos consumidores e ao resto da cadeia sobre atributos do produto e a natureza da produção (Hatanaka e Busch, 2005).

Cada um desses padrões, apesar de terem semelhanças entre si, possuem enfoques distintos (Kolk, 2012). O Fairtrade visa dar suporte aos pequenos agricultores, o Rainforest Alliance (RA) e o Orgânico tem foco na proteção dos ecossistemas e da biodiversidade, enquanto o Utz objetiva a integração da sustentabilidade com critérios de mercado. Já o 4C é um padrão menos exigente em termos de critérios a serem atendidos, porém serve como porta de entrada para outros certificados. Vale ressaltar que todos os padrões abrangem produtor, meio ambiente e mercado, e o que vai diferenciá-los é a importância que eles dão para cada um desses elementos.

A seguir será detalhado um pouco mais cada uma dessas normas, com foco no 4C que é o objeto de estudo dessa dissertação.

Orgânico: O certificado orgânico tem o objetivo de evitar práticas prejudiciais ao ambiente. Ele proíbe o uso de agroquímicos e desmatamento além de exige medidas de controle de erosão do solo (Blackman e Naranjo, 2012). Segundo Potts (2007) o mercado de café orgânico certificado tem dobrado a cada cinco ou seis anos. Apesar disso apenas cerca de 3% da produção mundial de café é produzida nesse certificado.

Uma vantagem para o agricultor que produz café orgânico é que uma porcentagem muito maior da produção, cerca de 54%, é vendido como sustentável. Essa porcentagem para os outros cafés varia de 25%-35% (Potts et al., 2014; Bacon, 2005), sendo o restante vendida como café convencional.

Segundo o site do certificado¹¹ “A certificação orgânica pode ser feita por agências locais, internacionais ou por parcerias entre elas. Pode também ser realizada por grupos de pequenos produtores, desde que existam mecanismos internos de controle que sigam os padrões da agricultura orgânica. Nesses casos, é comum a comercialização da produção através de feiras de produtores e não há preocupação com exportação”.

Fairtrade: Segundo Dammert & Mohan (2015) o comércio justo começou a aparecer no final da década de 80, quando a Fundação holandesa Max Havelaar lançou o primeiro rótulo de café Fair Trade. Cerca de dez anos depois essa organização junto com outras 17 que também propunham um comércio mais equitativo se uniram para criar a Fair trade Labelling

¹¹ <http://www.organicnet.com.br/certificacao/manual-certificacao/>

Organizations International (FLO), que tem o objetivo de contribuir para o desenvolvimento sustentável, oferecer melhores condições comerciais e garantir os direitos dos produtores e trabalhadores marginalizados.

Esse certificado dá uma ênfase no em aspectos sociais, com foco no apoio as organizações de produtores, oferecimento de preços prêmios para o desenvolvimento social, incentivar o fortalecimento dos direitos trabalhistas e facilitar as relações comerciais de longo prazo (Valkila, 2014).

Rainforest Alliance: Esse certificado visa integrar a conservação da biodiversidade, o desenvolvimento da comunidade, os direitos dos trabalhadores e as práticas agrícolas produtivas, para assim garantir uma gestão abrangente de exploração sustentável (SCAA Sustainability Council, 2010).

Segundo Pinto et al. (2014) em 2008, esse certificado foi inicialmente implantado para grandes produtores. Com o tempo começou também a certificar pequenos agricultores que estavam organizados em associações e cooperativas.

UTZ: A Certificação UTZ é um programa internacional de certificação que estabelece normas para a garantir produção agrícola e o fornecimento responsável de café, cacau e chá¹². Segundo Kolk (2012) a vantagem desse certificado para o produtor é que a melhoria da qualidade da produção e processamento faz com que o maior valor agregado ao produto se reverta a um preço prêmio, ou seja, um preço maior para um produto melhor, seguindo a lógica oferta-demanda do mercado convencional. Esse tipo de abordagem é diferente do certificado Fairtrade, por exemplo, que tem como um maior preço prêmio uma exigência do certificado.

3.4.1 O padrão 4C: Código comum para comunidade cafeeira

De acordo com o site da Associação Código comum para comunidade cafeeira (4C)¹³: “O Padrão 4C foi concebido com o objetivo de melhorar a viabilidade econômica

¹²<http://www.sgsgroup.com.br/pt-BR/Agriculture-Food/Commodities/Audit-Certification-and-Verification/Certification/UTZ-Coffee-Cocoa-and-Tea-Sustainability.aspx>

¹³<http://www.4c-coffeeassociation.org/pt/membership/membership/sustainability-standards>. Acessado em 30/03/2016.

(produtividade, eficiência e acesso ao mercado) para os produtores de café, as condições de trabalho e moradia de suas famílias e trabalhadores, a proteção da floresta primária e a conservação de recursos naturais, tais como água, solo, biodiversidade e energia”.

O 4C foi idealizado por empresas multinacionais que atuavam na Alemanha - como a Jacobs, a Sarah Lee e a Nestle - e pela organização governamental GTZ (Agência Alemã de Desenvolvimento). Essa agência assumiu o papel de empreendedora de projetos, facilitadora e moderadora do processo de criação (Manning e von Hagen, 2010).

Surgimento do 4C

Em 1962 foi fundado o ICA (International Coffee Agreement), organização composta de 58 países produtores e consumidores de café com o objetivo de regular os preços na indústria cafeeira mundial e proteger as regiões que passassem por uma flutuação de preços significativa. Segundo Manning e von Hagen (2010) o fim do ICA em 1989 fez com que muitos cafeicultores na América Latina não conseguissem acompanhar a intensa concorrência por preços e saíssem parcialmente do negócio do café para outras atividades agrícolas mais lucrativas. Além disso ao longo dos anos 90, diversas ONGs atuando principalmente na América e Europa acusaram grandes multinacionais do ramo alimentício de comprar café de produtores que tinham um regime de trabalho de quase escravidão (Beuchelt e Zeller, 2011). Paralelo a isso grandes redes de varejo exigiam um padrão de qualidade do café cada vez maior (Raynolds, 2009).

De acordo com Manning e von Hagen (2010), em meados dos anos 90, na Alemanha, surgiram as primeiras iniciativas de envolvimento e coordenação dos atores (GTZ e multinacionais que trabalhavam com café) que viriam a lançar o padrão 4C. Isso ocorreu na Alemanha através da elaboração de projetos locais de desenvolvimento colaborativo nos países produtores. Esses projetos começaram a ser desenvolvidos muito antes do 4C ser lançado e visavam melhorar as condições sociais e econômicas no setor cafeeiro.

Além disso de acordo com um dos entrevistados de uma das meso-instituições de apoio a produção de café sustentável:

“No começo dos anos 2000 teve um relatório da Oxford que dizia que as indústrias se enriqueciam à custa da produção miserável de café nos países da África. Eles fizeram até

uma comparação com o filme Diamante de Sangue, em que as madames usavam diamantes, e para produzir esses diamantes as tribos de Serra Leoa se matavam. Então a indústria ficou de calça curta. E eles tinham razão. Os países que produzem café são países extremamente pobres, com uma forma de produzir café que ninguém sabe direito, e nós estamos ganhando dinheiro com isso. Então eles envolveram o governo alemão, o banco de desenvolvimento da Alemanha se reuniram e falaram assim: "Nós temos que fazer alguma coisa, porque assim não dá. Eles tem razão, e vão cada vez mais questionar isso".

Diante desse cenário os governos da Colômbia, Bolívia e Peru buscaram oportunidades para ajudar os ex-cafeicultores a voltarem ao negócio do café, impedindo assim que eles ficassem vulneráveis ao aliciamento do narcotráfico (Beuchelt e Zeller, 2011).

Com isso os governos desses países formaram parcerias com a GTZ e a Kraft Foods para o planejamento e execução de uma série de projetos entre 1994 e 2002 para o desenvolvimento de pequenos produtores de café. Esses projetos consolidaram a base de conhecimento e parceria entre os fundadores do padrão 4C (Beuchelt e Zeller, 2011).

Com isso surgiram os primeiros esforços pela GTZ para a elaboração de um padrão que pudesse reunir ao mesmo tempo as boas práticas de qualidade e socioambientais que foram desenvolvidas nas aplicações dos projetos de desenvolvimento colaborativo entre a GTZ e as multinacionais cafeeiras (Manning e von Hagen, 2010). Em 2002 essas organizações criaram a associação 4C, que tinha o objetivo de elaborar o padrão 4C. O padrão foi elaborado entre 2002 e 2006, e começou a ser aplicado a partir de 2007.

Características do 4C

Segundo Manning et al. (2012) esse padrão visa abolir as piores práticas empresariais (como o trabalho infantil e o trabalho forçado), baseado no princípio de melhoria contínua. Com isso o 4C busca elevar os padrões de qualidade do café ao invés de garantir preços prêmio.

Dos principais padrões sustentáveis de café o padrão 4C é o mais recente¹⁴, lançado em 2007 (Kolk, 2013). Por essa razão os trabalhos envolvendo o padrão 4C ainda são escassos. Segundo Kolk (2005) o código 4C é um padrão diferenciado no sentido de mostrar a possibilidade de traduzir opiniões sobre questões sustentáveis (que são em muitos pontos divergentes) de diversos atores dentro da cadeia do café, em um acordo no qual todas as partes estiveram envolvidas.

A Associação 4C já é responsável por mais de 42% da produção mundial de café sustentável e 22% da produção total de café, com taxa de crescimento de volume de produção nesse padrão de cerca de 90% ao ano (Potts *et al.*, 2014b).

Ainda segundo o site da organização: “A associação 4C, por meio da Plataforma de Colaboração, organiza fóruns e workshops periódicos, nos quais os participantes obtêm conhecimento e ideias, estabelecem novos contatos e criam sinergias para, juntos, tratarem das questões de sustentabilidade que afetam o setor cafeeiro.”

Em alguns países produtores como o Brasil, Vietnã e Colômbia o padrão 4C tem particular destaque devido ao grande volume de produção com esse padrão (Manning *et al.*, 2012). Potts *et al.* (2014) chama a atenção para o fato de que a certificação é uma declaração de terceiros relacionados a produtos, processos, sistemas ou pessoas (ISO, 2005). Como a associação 4C realiza as próprias auditorias, ela não seria necessariamente uma certificação, mas sim uma verificação, que é a confirmação através do fornecimento de evidência objetiva, de que os requisitos especificados foram cumpridos (ISO, 2005).

Estrutura da organização 4C

Segundo Manning e von Hagen (2010) a organização da instituição 4C baseia-se na governança estabelecida por três grupos: O **Conselho 4C**, o **Quadro Executivo e Comitê Técnico**.

O Conselho 4C é o principal órgão de decisão da organização. O Quadro Executivo dirige a agenda de reuniões e o monitoramento de metas, enquanto o Comitê Técnico

¹⁴ Os outros 4 principais padrões de sustentabilidade (Orgânico, Fair Trade, Rainforest Alliance e Utz Certified) foram lançados respectivamente em 1967, 1988, 1996 e 2001. Fonte: Méndez *et al.* (2010); Pinto *et al.*, (2014) e (Chiputwa *et al.*, 2015).

desenvolve e modifica o Código de Conduta e avalia o impacto dos serviços 4C (ferramentas, documentos, atividades de capacitação).

Os membros desses grupos são representantes da indústria, varejo, associação de produtores, ONGs e sociedade civil. Os três grupos formam a **Assembleia Geral**, que é a autoridade máxima da instituição.

Funções do Código de conduta 4C

A Associação 4C é uma plataforma de café sustentável, composta de multistakeholders, que visa levar a melhoria das condições econômicas, sociais e ambientais na produção e no processamento do café. A fim de cumprir esse objetivo, a Associação 4C tem três funções:

- Estabelecer, manter e operar o Código de Conduta 4C.
- Promover e firmar parcerias com outros padrões e iniciativas de sustentabilidade existentes no mercado para com isso aumentar a oferta e a demanda de café verificado e certificado.
- Oferecer uma plataforma que convida membros e parceiros dos setores público e privado, para trabalhar juntos as questões críticas que ameaçam a sustentabilidade do setor cafeeiro.

Escopo do código 4C

O Código de Conduta 4C pode ser aplicado a qualquer tipo de unidade produtora (pode ser um grupo de pequenos agricultores, uma cooperativa ou uma associação de agricultores, uma estação de recebimento de café, um moinho, um comerciante local, uma empresa de exportação, ou um torrador) localizada em qualquer país produtor de café, que tenha intenção de produzir e vender o café como Café 4C.

Existem três pré-requisitos para se qualificar como uma unidade 4C:

- Ser um membro da Associação 4C ou pertencer a um Membro 4C já existente;
- Ser capaz de fornecer no mínimo um container de café (equivalente a 20 toneladas);

- Ter uma pessoa ou um grupo de pessoas que possam garantir a implementação do Código de Conduta 4C. O sistema 4C chama esta pessoa (ou grupo de pessoas) de Entidade Gestora. A verificação do cumprimento aos princípios do Código de Conduta 4C é realizada por uma empresa de auditoria, aprovada pela Associação 4C. No Brasil essa verificação é feita pela organização Coffee Assurance Services.

Requisitos para obter a Licença 4C

Dependendo da quantidade de café produzida pelos agricultores¹⁵, esses podem participar individualmente ou por meio de uma “Unidade do Código Comum” (também chamada de unidade 4C), que pode ser um grupo de pequenos proprietários, uma cooperativa, organizações ou associações de produtores.

Para aderir ao sistema, os produtores devem registrar-se na Unidade de Gestão do 4C e comprometer-se a adotar o conceito de aperfeiçoamento contínuo das práticas de produção, processamento e comercialização do café. Ao se registrarem, os candidatos concordam em seguir o Regulamento de Participação. Os participantes interessados e oriundos da cadeia produtiva do café verde são solicitados a medir e analisar seu desempenho, por meio de uma auto avaliação (4C Code of Conduct, 2014).

Para obter a Licença 4C uma Unidade 4C deve cumprir dois requisitos:

A - Eliminar as Práticas inaceitáveis do código 4C em todos os agentes da unidade 4C.

B - Atingir o padrão amarelo médio nas dimensões econômica, social e ambiental do código 4C.

A - Práticas inaceitáveis

¹⁵ A quantidade de produção de café para um produtor poder participar individualmente é de 20 mil kg. Fonte: http://www.globalcoffeeplatform.org/Reports-Brochures/4C_brochure_website.pdf

De acordo com Manning e von Hagen (2010) as práticas inaceitáveis tem como bases principais a Declaração dos Direitos do Homem da ONU, convenções e normas existentes para produção agrícola da ONU e algumas legislações nacionais.

As 10 práticas detalhadas a seguir são inaceitáveis dentro do código de conduta 4C. Essas práticas não podem ser compensadas de nenhuma forma, ou seja, caso seja identificado que algum membro de uma unidade 4C esteja adotando alguma dessas práticas inaceitáveis, essa unidade será impedida de obter ou renovar a Licença 4C, mesmo que ela obtiver desempenho máximo em todos os outros princípios do código (4C Code of Conduct, 2014).

Prática Inaceitável 1 - Piores formas de trabalho infantil

Caracterizada quando dentro das Unidades 4C crianças com idade menor que 18 anos participam de regimes de trabalho similares à escravidão, servidão por dívida e/ou realizam trabalhos perigosos ou prejudiciais à sua saúde e segurança como manusear equipamentos e maquinários perigosos, carregar excesso de peso, ter contato com substâncias perigosas, trabalhar mais horas do que é legalmente permitido e exercer trabalho noturno.

Prática Inaceitável 2 - Trabalho forçado, servidão e tráfico de pessoas

Prática que pode ser identificada quando for observada uma ou mais das formas de trabalho forçado, servidão e tráfico de pessoas a seguir:

- Quando não é permitido que os trabalhadores deixem os locais de trabalho e/ou moradia fornecidos pelo empregador;
- Quando não é permitido que os trabalhadores deixem o trabalho mesmo que um aviso prévio razoável seja cumprido;
- Quando os documentos de identidade e/ou de viagem dos trabalhadores, ou salário/dinheiro ou outros ativos dos trabalhadores são retidos pelo empregador;
- Quando as condições negociadas para pagamento de possíveis dívidas dos empregados para com os empregadores excedem o próprio valor inicial da dívida;
- Quando os trabalhadores têm que pagar as taxas de seu recrutamento ou de sua contratação ao empregador;

- Quando ocorre situações onde a aquisição de alimentos, acomodação e/ou meios de transporte são gerenciados pelo empregador e os custos destes excedem os valores praticados pelo mercado local com o objetivo de manter ou aumentar o endividamento dos trabalhadores.
- Quando o empregador utiliza o tráfico de pessoas como forma de recrutamento de mão de obra.

Prática Inaceitável 3 - Proibição de associação ou representação por sindicatos

Acontece quando:

- Não é possível a representação dos trabalhadores por um sindicato por esses não serem reconhecidos formalmente pelo empregador;
- O empregador interfere no estabelecimento, funcionamento e administração de sindicatos;
- Os empregados que são membros de sindicatos ou que participam de suas atividades, são discriminados ou são praticadas ações adversas contra eles (ex: não são promovidos, são submetidos a ações disciplinares, são transferidos ou demissão);
- A contratação dos trabalhadores é condicionada à retirada de sua filiação à algum sindicato;
- Os representantes dos sindicatos não têm acesso aos trabalhadores e às informações que facilitem a execução de suas responsabilidades.

Prática Inaceitável 4 - Despejo forçado

O despejo forçado é caracterizado quando:

- Existem evidências de despejo com o objetivo de adquirir as terras onde a produção e o processamento do café ocorrem.
- A aquisição de terras ocorre sem prévio consentimento ou conhecimento das pessoas afetadas e que detém o direito de uso legal, incluindo aqueles que alegam direito de uso tradicional da terra, especialmente povos indígenas.

- Os despejos forçados forem feitos legalmente, mas sem que os efeitos negativos da realocação sejam acordados e compensados através de moradia, terra e/ou dinheiro.

Prática Inaceitável 5 - Ausência de moradia adequada para os trabalhadores

Os fatos a seguir são indicadores dessa prática:

- A moradia é necessária para os trabalhadores permanentes e/ou sazonais, mas não é fornecida pelo empregador;
- Quando a moradia é fornecida pelo empregador, as seguintes condições não existem: Camas separadas para cada trabalhador, acomodações separadas para homens e mulheres solteiros, esgoto, saneamento básico (incluindo sanitários), ventilação, fornecimento de água para uso doméstico;
- A moradia fornecida não é habitável;
- O tamanho da moradia está fora das exigências da legislação nacional, quando existentes;
- Os materiais utilizados na construção são inadequados;
- O local não oferece segurança em relação à perigos e poluição;

Prática Inaceitável 6 - Ausência de água potável para todos os trabalhadores

Ocorre quando existem:

- Evidências de desidratação entre os trabalhadores durante as práticas de trabalho devido ao não fornecimento pelo empregador de água potável suficiente à todos os trabalhadores;
- Evidências de doenças causadas pela água consumida;
- Evidência visuais de fontes de água contaminadas sendo usadas para consumo.

Prática Inaceitável 7 - Desmatamento de florestas primárias ou destruição de outros recursos naturais, definidos por legislação nacional e/ou internacional

Essa prática é identificada quando existem evidências de florestas primárias sendo cortadas ou de destruição de áreas de preservação (assim designadas pelas legislações nacional e/ou internacional) por parte de qualquer parceiro de negócio dentro da Unidade 4C.

Prática Inaceitável 8 - Uso de pesticidas inaceitáveis

Prática caracterizada pela existirem evidências de aplicação de pesticidas banidos pelo código 4C nas plantações de café ou presentes no Café 4C.

Prática Inaceitável 9 - O uso de variedades geneticamente modificadas (transgênicos)

Prática que pode ser identificada quando existem evidências da utilização de árvores, mudas ou sementes de café geneticamente modificadas (transgênicos) ou quando a unidade comercializa ou tem relação/contato com café geneticamente modificado.

Prática Inaceitável 10 - Transações imorais nas relações comerciais, definidas pelas convenções internacionais e pelas leis e práticas nacionais

Ocorre quando regras básicas de relações comerciais não estão sendo cumpridas existindo evidências de fraude, corrupção, suborno e/ou extorsão dentro da Unidade 4C.

B - Princípios de sustentabilidade do código 4C nas dimensões econômica, social e ambiental

Segundo Manning e von Hagen (2010), para avaliar o desempenho de uma unidade 4C é utilizado um sistema de cores do tipo "semáforo". Esse sistema tem o objetivo de ilustrar melhor o conceito de melhoria contínua que é um dos focos do código 4C. A cor vermelha indica que a prática em questão deve ser descontinuada. Amarelo indica uma prática que precisa ser melhorada. O verde reflete uma prática desejável. Neste sistema de cores da Associação 4C, práticas insustentáveis designadas com a cor vermelha são aceitáveis, se houver pelo menos o mesmo número de práticas designadas com a cor verde dentro de uma mesma dimensão. Esta situação indica o status de "amarelo médio", que quer dizer que o produtor alcançou pelo menos os padrões mínimos para comercializar seu café como um café 4C. Vale ressaltar que práticas insustentáveis (cor vermelha) e práticas inaceitáveis são diferentes. Práticas inaceitáveis não podem ser compensadas com práticas sustentáveis (cor verde), e uma prática inaceitável já é suficiente para que o café não possa ser comercializado sobre o padrão 4C.

Os princípios estão distribuídos em dimensões econômica, social e ambiental:

Tabela 1- Princípios do código 4C

Princípios Econômicos	Princípios Sociais	Princípios Ambientais
<ul style="list-style-type: none"> • Rentabilidade e produtividade no longo prazo; • Desenvolvimento de capacidades e habilidades; • Manutenção de registros para monitoramento da rentabilidade; • Acesso a serviços agrícolas; • Informações de mercado e comercialização; • Monitoramento da qualidade; • Integridade nos negócios (práticas comerciais transparentes); • Existência de mecanismos de rastreabilidade. 	<ul style="list-style-type: none"> • Igualdade de direitos aos trabalhadores, com relação à gênero, maternidade, religião, etnia, condições físicas e opiniões políticas; • Crianças com direito à infância e à educação; • Liberdade de associação; • Direito à negociação coletiva; • Contrato formal de trabalho; • Jornada de trabalho em conformidade com a legislação nacional e de acordos internacionais; • Salários em conformidade com a legislação nacional e de acordos setoriais; • Tratamento igualitário (proporcional ao tempo trabalhado) em salários e benefícios entre trabalhadores sazonais e fixos; • Condições adequadas de saúde e segurança para os trabalhadores. 	<ul style="list-style-type: none"> • Conservação da biodiversidade; • Redução do uso de pesticidas; • Manipulação (armazenamento, aplicação e descarte) adequada de pesticidas e outras substâncias perigosas; • Conservação do solo; • Utilização equilibrada e apropriada de fertilizantes minerais e orgânicos; • Reciclagem e reutilização de matéria orgânica (cascas, galhos, folhas) como substituto parcial de fertilizantes; • Conservação e utilização os recursos hídricos de forma eficiente; • Tratamento e descarte adequado de água residual de instalações de processamento e de esgoto; • Manejo adequado de resíduos perigosos; • Economia de energia e a preferência pela utilização de fontes de energia renovável.

Fonte: Elaborado pelo autor com base em 4C-Association (2016)

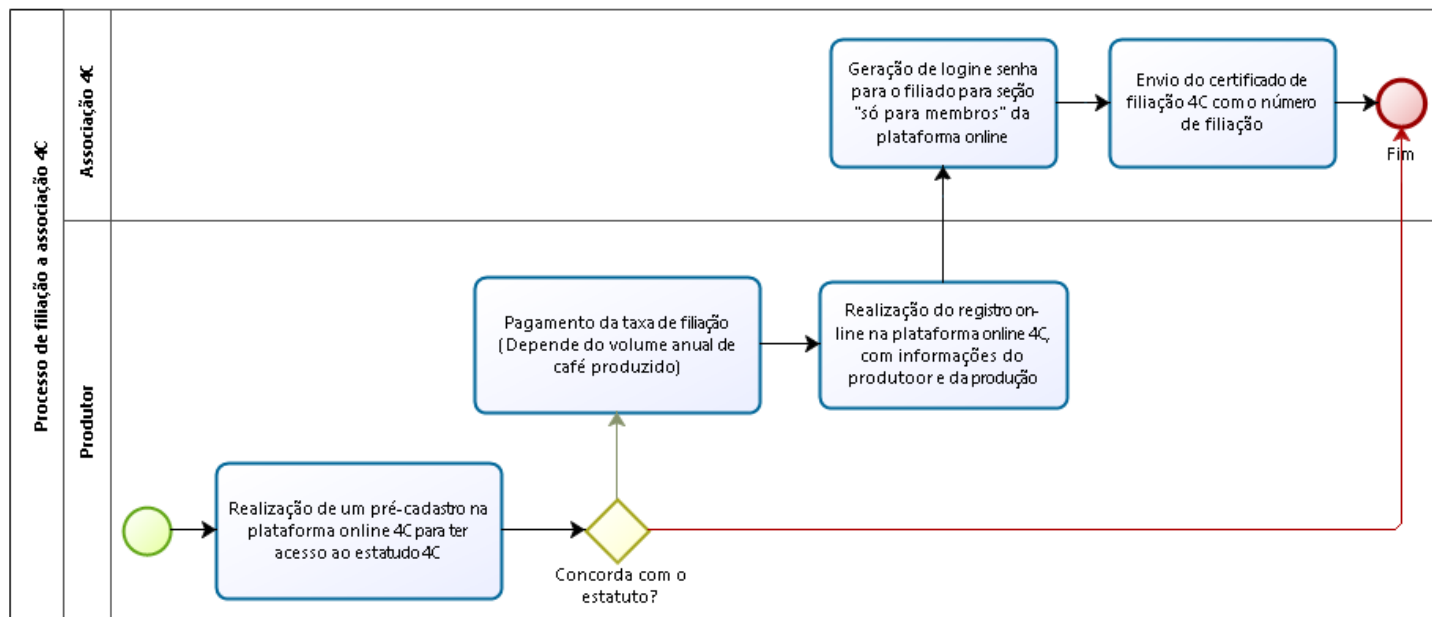
Tendo cumprido essas duas condições (eliminação das práticas inaceitáveis e obtenção de pelo menos a avaliação amarelo médio em cada uma das dimensões dos princípios) uma unidade 4C recebe uma Licença 4C, que confirma o cumprimento do Código de Conduta e permite aos seus detentores vender café como Café 4C.

Fluxograma de obtenção do 4C

Para entender melhor o processo de obtenção do padrão e como isso influenciaria os produtores foi realizado o mapeamento dos principais passos necessários para obtenção da associação 4C. Para isso foram utilizadas informações secundárias contidas nos sites das certificadoras, além do contato direto com representantes das mesmas para esclarecimento de dúvidas.

Inicialmente é necessário que o produtor ou cooperativa se filie a comunidade 4C, como visto na figura V:

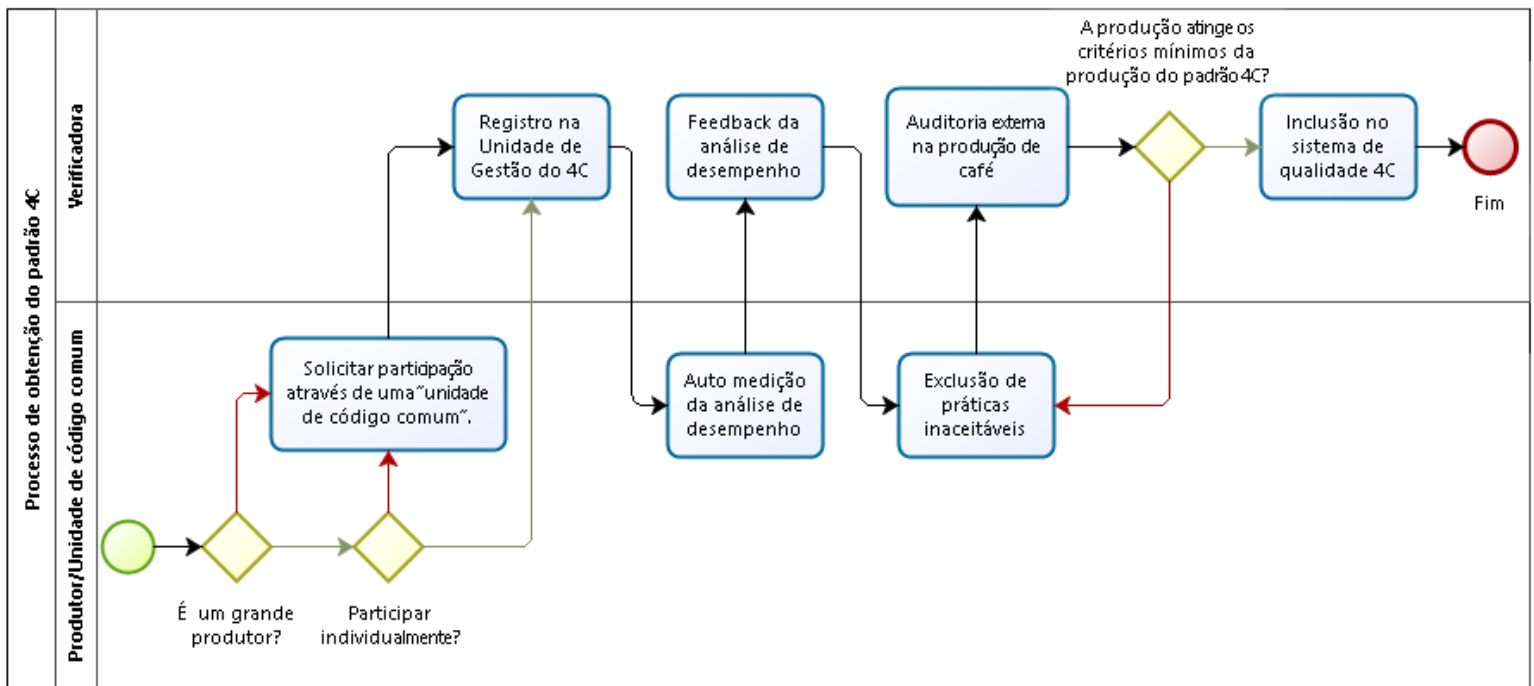
Figura V - Processo de filiação a associação 4C



Fonte: Elaborado pelo auto

Com isso o produtor passa a ter acesso ao estatuto 4C e a um material de treinamento para produção sustentável no formato de textos e vídeos. A partir disso produtor ou cooperativa pode solicitar uma auditoria de verificação para obtenção da licença 4C, como pode ser visto na figura VI.

Figura VI - Processo de obtenção do padrão 4C



Fonte: Elaborado pelo autor

Após atingir os critérios estabelecidos e a produção ter sido auditada o produtor pode começar a usar o selo 4C na venda de sua produção. A cada 3 anos são realizadas novas auditorias para verificação da conformidade da continuidade da produção no padrão 4C.

Críticas ao padrão 4C

De acordo com Neilson e Pritchard (2007) apesar de suas intenções aparentemente nobres, muitos representantes de países produtores alegaram que o padrão 4C colidiria e desestabilizaria os sistemas agroecológicos existentes de produção de café, com consequências econômicas e sociais indesejadas e adversas para as comunidades produtoras devido as suas menores exigências em termos de conformidade social e ambiental. Além disso Giovannucci e Ponte (2005) afirmam que os padrões e as certificação não são necessariamente instituições neutras no mercado, podendo ser usados por grandes corporações como ferramenta estratégica para a governança da cadeia. Os autores também argumentam que padrões sustentáveis muitas vezes são usados mais como meio de ganhar moral e legitimidade por atores privados do que como ferramenta de melhoria social e ambiental.

Além disso, de acordo com Brandi et al. (2015), um dos problemas dos produtores de café é que grande parte do que é produzido sobre o padrão 4C é vendido como café comum. Segundo o autor isso acontece porque existe uma oferta de café produzido sob alguma norma sustentável, muito maior que a demanda por esse café. Com isso o excedente não vendido como café especial é vendido no mercado de café comum (Brandi et al., 2015). Esse fenômeno acontece (em maior ou menor proporção) com praticamente todos padrões de sustentabilidade (como UTZ, orgânico e Fairtrade), como pode ser visto em Bacon (2005).

Um outro ponto de crítica é citado por Kolk (2005), que chama a atenção sobre a possibilidade da exclusão de pequenos produtores que não se adequem ao código 4C, fazendo com que esses tenham que mudar para outras culturas agrícolas ou mesmo partir para uma diferente atividade econômica, sendo que esse movimento demandaria possivelmente uma grande quantidade de tempo e dinheiro de agricultores, que nessa situação, tendem a estar em uma situação de fragilidade financeira.

Programa de café sustentável

Na última década a Associação 4C passou por mudanças, se fundindo ao PCS - Programa de Café Sustentável (*Sustainable Coffee Program*). Lançado em 2006, o Programa de Café Sustentável tem o diferencial de garantir que aspectos sustentáveis sejam atendidos desde a produção até a venda ao consumidor final (IDH¹⁶ - Sustainable Trade Initiative, 2013). No Brasil, esse programa tem a Associação Brasileira da Indústria do Café (ABIC) como organização certificadora e responsável por promover esse padrão. A motivação era fazer que o consumo de café sustentável no país, que em 2006 correspondia a pouco mais de 1%, chegasse perto do consumo europeu, que era em torno de 20%.

De acordo com IDH (2013) para receber o selo do PCS o café certificado deveria ter certificação de padrões reconhecidos como: Fair Trade, Utz, Rainforest, Orgânicos e 4C. Além disso eram observados critérios únicos de certificação na qual eram verificados se eram cumpridos todos os requisitos de sustentabilidade e garantia na origem dos grãos nas fazendas e no processo industrial e logístico. Usualmente o café vendido pela indústria é uma mistura (blend) de café de diferentes tipos e origens. Para receber o selo do PCS o café certificado

¹⁶ IDH é a sigla da organização holandesa *Initiatief Duurzame Handel* (Iniciativa de Comércio Sustentável).

deveria ser composto por um blend com, no mínimo, 60% de café produzido segundo a algum padrão de sustentabilidade.

Em março de 2016 a Associação 4C e o Programa Café Sustentável (PCS) firmaram uma parceria de união, e com isso nasceu a Global Coffee Platform (GCP). Com isso a Associação 4C e o PCS deixaram de existir em seus antigos formatos a partir de abril de 2016. Pelo fato da organização ter sido criado recentemente, não existem trabalhos publicados falando sobre ela, e por isso as informações nesse tópico foram tiradas de sua plataforma virtual¹⁷ e das entrevistas com produtores, cooperativas e membros da própria organização.

De acordo com a GCP, mesmo em constante crescimento, o setor cafeeiro ainda enfrenta ameaças relacionadas às mudanças climáticas, pragas e surtos de doenças. Para enfrentar esses problemas a criação da GCP visou unir forças de organizações que atuam nesse setor através de uma abordagem não competitiva, colaborativa e alinhada à sustentabilidade, para que esses agentes possam agir coletivamente (evitando assim a duplicação de projetos).

A Global Coffee Platform é uma organização formada por agentes dentro da cadeia de produção de café. Devido a isso ela é administrada por uma Diretoria de 12 membros eleita em assembléia e que representa os interesses dos *stakeholder*. Fazem parte da diretoria representantes dos produtores, Comércio, Indústria e Sociedade Civil. A diretoria de 2017 tem em sua composição representantes de outros padrões de sustentabilidade cafeeiro (tais como UTZ e Rainforest), ressaltando assim o caráter não competitivo dessa organização.

O código 4C continua existindo e sendo uma das principais propostas da Global Coffee Platform, que passa a ser responsável pela definição, manutenção do conteúdo e atualizações periódicas do código. Contudo a partir de 2017 a organização responsável pelo sistema de verificação passa a ser de responsabilidade da *Coffee Assurance Services* (CAS).

¹⁷ <http://www.globalcoffeeplatform.org/>

A CAS é uma prestadora de serviços de controle da integridade no setor do café para a Verificação do Código de Conduta 4C assim como supervisão, integridade e monitoramento do progresso no café. Essa organização é a responsável por:

- Fornecer treinamento aos verificadores 4C locais;
- Emitir licenças 4C;
- Avaliar o nível de conformidade das Unidades 4C em relação ao Código de Conduta 4C.

Nessa transição todos os membros da antiga Associação 4C passaram automaticamente a fazer parte da Global Coffee Platform.

Em 2017 a Global Coffee Platform passou a realizar ações relacionados a difusão de práticas sustentáveis. No início de 2017 no Brasil a organização em parceria com a EMBRAPA, SEBRAE e SENAR realizaram um curso de formação avançada sobre Sustentabilidade do Café para produtores e trabalhadores rurais das cidades de Ouro Preto do Oeste e Alvorada do Oeste em Rondônia. Ela também ofereceu cursos de capacitação em sustentabilidade da agricultura do café para graduandos em agronomia na Universidade Federal dos Vales do Jequitinhonha e Mucuri (UFVJM, Diamantina - MG) e no Instituto Federal da Bahia (Salvador - BA).

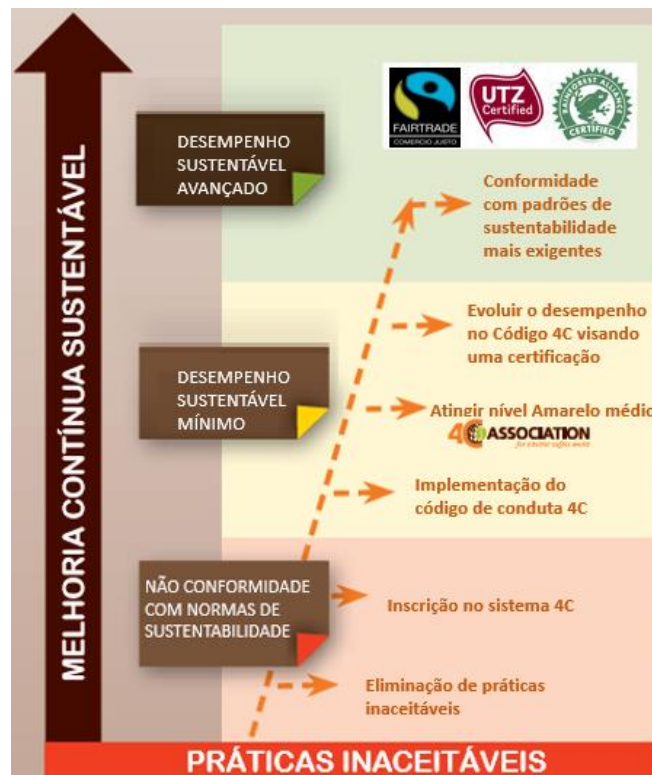
Sistema de melhoria continua sustentável da Global Coffee Platform

Uma das metas da Global Coffee Platform é proporcionar ao setor do café um suporte relacionado com treinamento, coleta de dados de indicadores e relatórios. O objetivo com isso é fazer com que os produtores de café possam evoluir continuamente dentro do setor (Figura VII), permitindo a eles:

- Monitorar e reportar seu progresso de forma transparente;
- Medir seu desempenho em relação aos outros;
- Promover sua performance;
- Avaliar as áreas para inovar e melhorar sua performance;
- Atrair novos parceiros e doadores para financiamentos;
- Estarem sincronizados com as Metas de Desenvolvimento Sustentável (SDGs);

- Identificar as lacunas, pontos fortes e oportunidades do setor cafeeiro;
- Compartilhar comunicação, conhecimento e uso de recursos;
- Aumentar a eficácia dentro da fazenda.

Figura VII - Melhoria contínua sustentável da Global Coffee Platform.



Fonte: Adaptado de 4C-Association (2016)

Nesse modelo de melhoria continua proposto, o código 4C está inserido em um processo maior de um sistema de agricultura de café sustentável, tendo outros padrões mais exigentes como as certificações Fairtrade, Utz e Rainforest como uma evolução do código 4C.

3.5 Competição entre padrões

De acordo com Wahl e Bull (2014) os padrões de sustentabilidade são cada vez mais promovidos como mecanismos para aumentar a integração do mercado e reduzir a pobreza para os pequenos produtores em países em desenvolvimento, contudo os autores chamam a

atenção para o cuidado que devemos tomar ao analisar os impactos desses padrões, pois cada um deles tem suas próprias peculiaridades.

Em estudo realizado na Nicarágua, Ruben e Zuniga (2011) mostram a competição existente entre diferentes padrões de sustentabilidade na produção local de café. Essa competição existe, pois, os diferentes agentes dentro da cadeia de valor do café tem objetivos específicos que em alguns aspectos podem ser conflitantes entre si, e com isso determinados padrões podem atender melhor os interesses de um agente do que de outro (Kolk, 2013).

De acordo com Ruben e Zuniga (2011) a avaliação comparativa do impacto de diferentes padrões de café é baseada na análise de diferenças no desempenho de parâmetros que implicam no bem-estar doméstico da fazenda, na produção e nas estratégias de subsistência.

A pesquisa de Ruben e Zuniga (2011) mostrou que a produção de café com o certificado Fairtrade é vendida pelos agricultores por preços maiores em comparação com a certificação Rainforest-Alliance e com a produção independentes (sem um padrão de sustentabilidade). Por outro lado, a certificação Rainforest-Alliance supera o Fair trade em termos de desempenho de produtividade e qualidade.

Podemos ver na tabela 2 a seguir quanto foi a produção de cada um desses tipos de padrões sustentáveis no Brasil em 2012.

Tabela 2-Produção do café no Brasil.

Tipo de certificado	Organização Certificadora no Brasil	Produção em toneladas	Porcentagem da produção
4C	Imaflora	977.096	37,2%
Rainforest Alliance	Imaflora	228.684	8,7%
Fairtrade	Fair Trade Brasil	50.000	1,9%
Orgânico	Diversas ¹⁸	12.000	0,5%
UTZ	SGS Group	232.336	8,9%
Convencional	-	1.123.884	42,8%
Total		2.624.000	

Fonte: Adaptado de Potts 2014.

¹⁸ IBD Certificações Ltda; Associação de Agricultura Natural de Campinas e Região; Associação Ecovida de Certificação Participativa; Associação de Agricultores Biológicos do Estado do Rio de Janeiro.

Kolk (2012) ainda chama atenção para o fato de que é muito difícil comparar os efeitos dessas certificações para assim definir “qual é melhor”. Segundo a autora os poucos estudos que tentaram comparar mais de um padrão, tenderam a encontrar efeitos positivos e distintos em cada um deles, indicando que eles possivelmente poderiam se complementar. Um exemplo é o estudo de van Rijsbergen et al (2016) realizado no Quênia entre 2009 e 2013, que objetivou comparar as certificações Fairtrade e UTZ. O resultado foi que as duas certificações melhoraram a rentabilidade da produção de café, sendo que o Fairtrade causa um impacto maior na quantidade produzida e o UTZ na melhoria da produtividade (redução da área de plantio) e qualidade. O autor sugere que isso pode indicar um ciclo de vida para certificação, que vai inicialmente do aumento da produção e maior captura de valor com o Fairtrade, seguindo posteriormente para um certificado que exige maior produtividade e qualidade, que nesse caso seria o UTZ.

Outro estudo que visa comparar certificados é o de Chiputwa et al. (2015). Na pesquisa realizada em Uganda em 2012 comparando os certificados Fairtrade, Orgânico e UTZ, os autores observaram que não existia correlação significativa entre a melhoria da qualidade de vida entre os produtores com certificação Orgânica e UTZ. Já os produtores com certificação Fairtrade tinham consumo per capita 30% maior e probabilidade de serem pobres 50% menor em relação a produtores não certificados.

Capítulo 4 – Discussão Teórica

Esta seção é destinada a apresentar as proposições desta dissertação. Para cada proposição é apresentado o embasamento teórico, bem como as dimensões que serão utilizadas para analisar os efeitos da adoção do padrão 4C sob a perspectiva dos produtores.

De acordo com Lim (2016) os upgrading econômicos são os que mais tem recebido atenção dos pesquisadores já que muitos desses são influenciados pelo desenvolvimento comparativo e pela literatura de negócios internacionais e isso faz com que eles coloquem as empresas como o principal objeto de análise.

A literatura nos ajuda a determinar uma série de dimensões para cada tipo de upgrading e que podem ser de fato verificáveis. Uma das principais dimensões é o **preço**.

A maioria dos trabalhos que buscaram analisar o impacto do acréscimo no preço pago devido a obtenção de certificação encontraram correlação positiva (Méndez et al., 2010). Porém, como a demanda de café certificado ainda é limitada (Brandi et al., 2015), a maior parte desse café é vendida como café comum, fazendo com que o produtor receba um preço médio pelo café muito inferior ao preço do café certificado. Uma evidência desse fato pode ser visto no estudo feito por Bacon (2005) ao analisar a variação de preços pagos ao café orgânico, FairTrade e convencional na Nicarágua. Além disso, o preço é um indicador muito fraco para analisar elementos importantes como a melhoria da qualidade vida do produtor, pois para ele cumprir os requisitos da certificação muitas vezes é necessário aumentar os custos da produção e adotar medidas que diminuam sua produtividade em termos de volume de produção (Dammert e Mohan, 2015). Também existe a chance da maior parte desse acréscimo de preço ficar retido pela cooperativa que intermediou a certificação para cobrir custos relacionados a obtenção do certificado (Calo e Wise, 2005). Mesmo os estudos que consideram os lucros do produtor sobre a obtenção da certificação carecem de uma maior sofisticação em relação a metodologia do cálculo de custos (Dammert e Mohan, 2015). De acordo com Humphrey e Schmitz (2002) o **upgrading de produto** pode ser definido como aumento de valor do produto, podendo ser interpretado como aumento do preço.

Diante disso, formulou-se a primeira proposição:

(1) A adoção do padrão 4C faz com os produtores tenham um upgrading de produto.

A outra dimensão analisada é a produtividade. De acordo com Hayes (2008) a certificação sustentável pode incentivar o produtor a buscar melhores capacitações e tecnologias de produção agrícolas que possibilitariam a obtenção de melhor produtividade, qualidade e menores custos. Méndez et al. (2010) mostram que os produtores com certificação da América Central e México são mais produtivos que os não certificados. Porém certificados como o Rainforest e o Orgânico, que dão maior ênfase no cultivo da terra e preservação ecológica, tem sérias restrições quanto ao uso de pesticidas e alguns tipos de fertilizantes, o que pode levar a uma menor produtividade (Barham e Weber, 2012). Em estudos realizados na Nicarágua, Beuchelt e Zeller (2011) encontraram muito pouca diferença entre a produtividade dos produtores com e sem certificação. Uma das razões dessa divergência de resultados é que os estudos foram feitos comparando diferentes produtores, e não um estudo realizado longitudinalmente comparando a produtividade de um mesmo grupo de produtores antes e depois de assimilar as práticas exigidas pelas certificações (Dammert e Mohan, 2015) . O **upgrading de processo** está relacionado a mudanças no processo de produção com o objetivo de aumentar a eficiência. Para analisar o **upgrading de processo** é proposta a dimensão **produtividade**. Produtividade é representada pela relação entre quantidade produzida e área plantada.

Tendo em vista o apresentado, a segunda proposição é:

(2) A adoção do Padrão 4C faz com que os produtores tenham um upgrading de processo.

Ao considerar o **upgrading funcional**, uma das dimensões tratadas na literatura é o **acesso a mercados**. De acordo com Dammert e Mohan (2015) o acesso a mercados é um dos maiores incentivos que os produtores têm ao adotar a certificação. Além disso, de acordo com Borrella (2015) quando os produtores são capazes de acessar um mercado com menos intermediários direto e mais transparente, novas oportunidades acabam surgindo. Como um complemento a essa dimensão, é adicionada a questão de **acesso ao crédito**. Méndez et al. (2010) mostram através de um estudo realizado na América Central e México que produtores

detentores da certificação Fairtrade tinham um acesso a financiamentos 8% maior que produtores não certificados. No caso do Fairtrade, esses financiamentos são muitas vezes realizados através da própria cooperativa, através da parcela de receita que fica retida com a organização pela venda do café certificado (Ronchi, 2002). Esse financiamento é muito importante para os pequenos produtores, que necessitam de constante acesso a capital de giro para investimento na produção (Dammert e Mohan, 2015) e que muitas vezes tem dificuldade de acesso a empréstimos bancários (Utting-chamorro, 2005). Apesar disso Valkila e Nygren (2010) nos mostra que essas cooperativas podem cobrar taxas de juros maiores que bancos privados.

Sendo assim, a terceira proposição é:

(3) A adoção do padrão 4C faz com que os produtores tenham um upgrading funcional.

Um outro tipo de upgrading existente é o **upgrading social**, que segundo Rossi (2011) pode ser definido como o processo de melhorias nos direitos e benefícios dos trabalhadores como atores sociais, melhorando a qualidade do seu emprego. Segundo Barrientos et al. (2011) o upgrading social tem como foco os direitos dos trabalhadores. Desse modo, a garantia de qualidade do emprego deve levar em consideração direitos, como liberdade, igualdade, segurança e dignidade, remuneração adequada, proteção e diálogo social. De acordo com Barrientos et al. (2011) essa ascensão pode ser dividida em padrões mensuráveis e direitos de permissão. Os padrões mensuráveis são os aspectos do bem-estar do trabalhador que podem ser facilmente medidos, como nível salarial e horas de serviço. Aquilo que não é facilmente medido se enquadra como direitos de permissão, como liberdade de associação, não discriminação e direito de ser ouvido.

Para Rossi (2013) há duas classes de upgrading: uma classe composta por dimensões observáveis quando se faz visitas nas fábricas, tais como salários, horas de trabalho e garantias trabalhistas. Já a segunda classe é caracterizada pela dificuldade de observação, tais como liberdade para organização de cooperativas e sindicatos e não discriminação e voz nas tomadas de decisão da organização. Nesse mesmo trabalho a autora associou os tipos de upgrading econômico com determinados tipos de upgrading sociais: os upgrading de processo foram associados a upgrading sociais mensuráveis, como redução de horas extra,

melhoria no ambiente de trabalho e aumento da porcentagem de trabalhadores contratados formalmente. O upgrading de produto está relacionado a um maior investimento em treinamento e requalificação dos trabalhadores. Já os upgrading funcionais deveriam levar a uma melhor distribuição do valor capturado pelo produto. Porém o que foi observado que esse efeito não chegava a todos os trabalhadores. Os trabalhadores regulares acabavam adquirindo novas habilidades para atender as constantes exigências de inovação e qualidade e com isso se tornavam uma força de trabalho indispensável para as fábricas, adquirindo melhores salários e direitos trabalhistas. Já os trabalhadores irregulares, que em geral trabalhavam em áreas como embalagem, armazenamento e transporte, eram cada vez mais exigidos em termos de flexibilidade de horários e cobrança de entrega.

Em relação a saúde, Arnould et al. (2009) criaram um índice de medição de saúde da família, e segundo eles, embora no curto prazo não haja evidência entre os índices de famílias de produtores certificados e não certificados, no longo prazo (a partir de 6 anos) as famílias de produtores certificados apresentavam um índice menor de incidência a determinadas doenças.

Em resumo, de acordo com Rossi (2011) o upgrading social pode ser definido como o processo de melhorias nos direitos e benefícios dos trabalhadores como atores sociais, melhorando a qualidade do seu emprego, sendo a **renda** uma das dimensões escolhidas para verificar o **upgrading social**.

(4) A adoção do padrão 4C faz com os produtores tenham um upgrading social.

De acordo com De Marchi et al., (2013) o upgrading ambiental seria o processo no qual os atores econômicos adotam um sistema de produção que evita ou reduz o dano ambiental de produtos, processos e sistemas gerenciais. Em estudo realizado com a cadeia de valor do azeite de oliva na Tunísia as principais ações ambientais encontradas foram redução do uso de inseticidas e pesticidas e racionalização no uso da água (Achabou et al, 2017). De acordo com Bolwig et al. (2009) a adoção de certificação tem impacto positivo sobre os produtores em Uganda em termos de adoção de práticas ambientais, especialmente nas técnicas de manejo do solo. De acordo com Blackman e Naranjo (2012) a adoção de certificação orgânica por produtores na Costa Rica levou ao menor uso de pesticidas,

herbicidas e fertilizantes e o aumento do uso de fertilizantes orgânicos. Em estudo realizado por Ibanez e Blackman (2016) foi constatado que a adoção de certificados levou os produtores de café na Colômbia melhorias na utilização da água e aumento do uso de insumos orgânicos. Em estudo feito sobre a indústria têxtil no Sri Lanka, Khattak et al. (2015) constatou-se que a adoção de certificação ambiental não levou ao aumento dos lucros, mas aumentou a performance ambiental das empresas o que culminou em uma vantagem competitiva em termos de redução dos custos.

Tendo em vista o apresentado, a quinta proposição é apresentada:

(5) A adoção do padrão 4C faz com que os produtores tenham um upgrading ambiental.

Os diferentes tipos de upgrading, seus indicadores (ou dimensões) e os autores que abordam o assunto são apresentados na Tabela 2.

Tabela 2 - Efeitos da adoção do padrão 4C

Upgrading	Indicadores	Autores que abordam essas dimensões
Produto	Preço	Mendez et al. (2010); Bacon (2005); Ruben e Zuniga (2011); Borrella (2015); Calo e Wise (2005); Humphrey e Schmitz (2002)
	Renda	Valkila (2014); Jaffee (2008); Lim (2016); Brandi et al. (2015); Dammert e Mohan (2015); Giovannucci e Ponte (2005)
Processo	Produtividade	Hayes (2008); Raynolds et al. (2009); Valkila e Nygren (2010); Mendez et al. (2010); Barham e Weber (2012); Beuchelt e Zeller (2011)
	Qualidade	Raynolds et al. (2009); FLO (2012); Valkila e Nygren (2010); Jaffe (2008); Dammert e Mohan (2015)
Funcional	Acesso a novos mercados	Mendez et al. (2010); Valkila (2014); Barham e Weber (2012); Dammert e Mohan (2015); Borrella (2015)
	Financiamento	Ronchi (2002); Mendez et al. (2010); Bacon (2005); Dammert e Mohan (2015)
	Empréstimos ¹⁹	Ronchi (2002); Mendez et al. (2010); Bacon (2005); Dammert e Mohan (2015); Utting-chamorro (2005)
Social	Trabalho	Rossi (2011); Valkila (2014); Barrientos et al. (2011); Dammert e Mohan (2015)
	Segurança	Rossi (2011); Ruben e Zuniga (2011); Valkila (2014); Barrientos et al. (2011)
	Saúde	Rossi (2011); Ruben e Zuniga (2011); Arnould et al. (2009); Barrientos et al. (2011).
Ambiental	Agrotóxicos	De Marchi et al., (2013); Achabou e al, (2017); Bolwig et al. (2009); Blackman e Naranjo (2012); Barham e Weber (2012)
	Água	Achabou e al, (2017); Ibanez e Blackman (2016); Barham e Weber (2012)
	Solo	Achabou e al, (2017); Bolwig et al. (2009) Barham e Weber (2012), Khattak et al (2015)

Fonte: Elaborado pelo autor.

¹⁹ O financiamento é um crédito que é concedido para obtenção de um determinado produto ou serviço, sendo necessário a apresentação do comprovante da compra ao financiador. Já o empréstimo é um crédito livre, sem estar vinculado a um gasto pré-determinado.

Capítulo 5 - Metodologia de pesquisa

A pesquisa foi realizada seguindo uma abordagem interpretativa da realidade através de uma metodologia qualitativa. Segundo Godoi e Balsini (2004) em pesquisas qualitativas não são buscados eventos regulares ou generalizáveis, mas sim o entendimento dos atores e dos fenômenos em questão.

De acordo com Flick (2009), uma pesquisa qualitativa têm como preocupação principal descrever o mundo empírico em seu ambiente original, utilizando para isso a interpretação das informações que o ambiente manifesta (podendo ser expressos por entrevistas, documentos, fotografias, declarações, documentos, entre outras formas de levantamento de dados).

A metodologia qualitativa é adequada a essa pesquisa, dada a necessidade de levantar a percepção da importância do padrão 4C pelos diferentes agentes presentes na cadeia brasileiro do café. Para condução da pesquisa foi utilizado uma metodologia estudo de caso. Essa escolha foi feita pelo fato do estudo de caso ser recomendado em investigações de fenômenos complexo (Stake, 2005), que permite ao pesquisador interagir com o informante e se basear em múltiplas fontes de informação, as organizando com profundidade e com foco no fenômeno analisado (Yin, 2012).

Segundo Yin (2012) o estudo de caso é caracterizado por dois elementos principais. Primeiramente, o autor traz à tona o escopo da pesquisa, com o estudo de caso tendo como objeto de estudo um fenômeno atual inserido em um contexto real. O segundo elemento marcante do estudo de caso como estratégia metodológica, de acordo com o autor, é que ele é conduzido de forma a abranger diversas fontes de informações, que são selecionadas com base em uma elaboração prévia de proposições teóricas para direcionar o levantamento e a análise dos dados.

5.1 Coleta de dados

O primeiro método de coleta de dados utilizado nessa pesquisa foi a análise de documentos técnicos, manuais e informativos produzidos pela própria associação 4C. Com base nisso foi criado um roteiro piloto de entrevista para serem aplicadas para produtores, cooperativas e meso-instituições de apoio ao padrão 4C, para levantar, na perspectiva desses atores, quais as melhorias trazidas pelo padrão. O roteiro piloto foi revisto por pesquisadores da área para assim chegar a versão final que foi utilizado nas entrevistas.

As entrevistas foram semiestruturadas e em profundidade, feitas principalmente através do telefone e web conferências, as quais tiveram o áudio gravado e transcrito. As entrevistas foram realizadas no segundo semestre de 2017 e têm duração de 30 a 40 minutos.

Conforme recomendado por Stake (2005), para enriquecer a coleta de dados e para fins de triangulação, entrevistamos agentes situados em diferentes níveis na cadeia de valor do café.

Nessa sessão, reunimos dados extraídos de entrevistas semiestruturadas com:

- 7 Produtores de café que adequaram os processos agrícolas para atender as exigências do padrão 4C.
- 3 Cooperativas que trabalham com o padrão 4C.
- 2 Meso-instituições de apoio a difusão da agricultura sustentável.

Os produtores e cooperativas entrevistados são das regiões de Minas Gerais, Bahia e Espírito Santo. Já as meso-instituições são: uma focada na agricultura mineira, e outra com atuação global.

5.2 Levantamento de dados

Para avaliar o fenômeno estudado, optamos por entrevistar múltiplos agentes da cadeia do café. No segundo semestre de 2017, foram entrevistados profissionais da Meso-Instituição 1, formada por diferentes representantes da cadeia de valor. Devido a importância

dessas organizações para o setor decidimos entrevistar mais de um membro da plataforma. Essas interações com os membros permitiram aos pesquisadores a oportunidade de obter uma melhor compreensão do quadro conceitual da pesquisa.

Na sequência, foram entrevistadas os gerentes e diretores das cooperativas responsáveis pela gestão da adequação dos critérios do padrão 4C e seus efeitos na relação com os produtores. Por último, realizamos entrevistas com pequenos e médios produtores de café. As entrevistas foram realizadas por meio de questionário semi-estruturado com duração média de uma hora. No total foram feitas treze entrevistas.

Além das entrevistas, o estudo de caso se baseou em outras duas fontes de dados: documentos das organizações em questão no que se trata de produção sustentável e reportagens sobre o assunto encontradas em revistas especializadas e jornais e revistas. Essa triangulação nos permitiu reduzir os riscos de interpretações imprecisas (Denzin e Lincoln, 2008) ou problemas com a validade dos dados (Glesne, 2016). As entrevistas foram baseadas em um protocolo e foram gravadas, transcritas textualmente e analisadas através do software Atlas TI.

5.3 Descrição das organizações entrevistadas

A fim de manter a confidencialidade dos agentes entrevistados, os nomes das organizações foram substituídos pelo nome se sua posição na cadeia seguida de um número de identificação para uma correspondência conhecida pelos pesquisadores.

Meso-Instituição 1

É uma organização formada por agentes da cadeia do café de diferentes setores que visa auxiliar o desenvolvimento do setor cafeeiro, dando suporte aos produtores e cooperativas para que eles possam evoluir de forma sustentável continuamente.

Meso-Instituição 2

É uma Instituição ligada ao Governo de Minas Gerais e que é responsável por um programa de padronização sustentável criado em 2006 pelo Governo do Estado. O programa tem como objetivo estimular a implementação de boas práticas agrícolas na produção mineira

de café, visando o aumento o aumento da visibilidade e da competitividade desse alimento tanto no mercado interno quanto no mercado externo.

Em maio de 2015 a Associação 4C e a Meso-Instituição 2 fizeram um acordo de equivalência que resultou na equiparação técnica entre seus padrões. Com isso os produtores certificados pela Meso-Instituição 2 passaram a ter o direito de solicitar uma Licença para venda de café com o selo 4C sem que seja necessária uma auditoria específica para o Padrão 4C.²⁰

Cooperativa 1

A Cooperativa 1 é uma organização do ramo agropecuário situada no Estado do Espírito Santo, que atua no setor cafeeiro como agente de armazenagem e comercialização de café conilon. Seus mais de 6000 produtores associados produzem por ano cerca de 950 mil sacas de café.

Membros da equipe técnica de sustentabilidade da Cooperativa 1 realizam vistorias e oferecem treinamento aos produtores parceiros. Cerca de 4000 desses produtores tem licença para vender café 4C.

Cooperativa 2

Esta cooperativa atua na Bahia e oferece serviços de armazenagem agrícola, beneficiamento e comercialização de grãos, especialmente soja, milho, arroz e café. A Cooperativa 2 em parceria com seus clientes (organizações exportadoras de café) fornece auxílio aos produtores relacionados a adequação aos padrões sustentáveis. A cooperativa tem cerca de 14 associados que produzem café 4C.

Cooperativa 3

A Cooperativa 3 é uma das maiores cooperativas privadas de café do mundo. No ano de 2018, a Cooperativa 3 conta com pouco mais de 13.000 cooperados e 2000 funcionários. A cooperativa comercializa cerca de 14 milhões de sacas de café por ano, o que representa cerca de 30% da produção brasileira. O café proveniente da Cooperativa 3 além do mercado

²⁰ <http://www.ima.mg.gov.br/acontece-no-ima/1839-o-certifica-minas-cafe-assina-acordo-de-equivalencia-com-a-associacao-4c-e-oferece-nova-oportunidade-aos-produtores>

interno, também é exportado para diversos países, com destaque para Alemanha, Estados Unidos, Reino Unido, Bélgica, França, Itália, Suécia, Japão, Canadá.

A Cooperativa 3 fornece uma estrutura de suporte aos associados com foco nos pequenos produtores, que possibilita esses a se integrar em programas de sustentabilidade como o padrão 4C. Esse suporte consiste no fornecimento de assistência técnica, acesso a linhas de crédito, fornecimento de insumos e máquinas, e treinamentos e orientações relacionados a segurança pessoal e ambiental na produção do café.

5.4 Análise de dados

Visando analisar os efeitos do padrão 4C foi realizada uma triangulação dos dados. De acordo com Denzin e Lincoln (2008) triangulação dos dados se trata da técnica de seleção de informações recorrente obtida por diferentes fontes.

A codificação das entrevistas e dos documentos foi elaborada segundo uma análise de conteúdo com grade mista (Flick, 2009), na qual algumas categorias de análise são tiradas da revisão de literatura realizada (categorias mais gerais na área da pesquisa) e outras criadas baseado na pertinência dessas em relação aos objetivos da pesquisa.

Com base na literatura sobre produção de café sustentável, *upgrading*, nos documentos relacionados ao padrão 4C e nas proposições foram criadas as categorias e códigos que podemos ver na tabela 4 a seguir.

Tabela 3 - Categorias de análise

Upgrading	Codificação	Código
Produto	Preço	P1
	Renda	R1
Processo	Qualidade	Q1
	Produtividade	P2
Funcional	Mercados	M1
	Financiamentos	F1
	Empréstimos	E1
Social	Segurança	S1
	Saúde	S2
	Trabalho	T1

	Educação	E2
Ambiental	Agrotóxicos	A1
	Água	A2
	Solo	S3
	Lixo	L1

Fonte: Elaborado pelo autor.

Utilização do Atlas TI

Para a organização, estruturação e codificação das entrevistas foi usado o software de análise qualitativa Atlas TI 7.0. Esse programa possibilitou a realização de uma estruturação de conteúdo graficamente visíveis, viabilizando assim um melhor entendimento do conteúdo das entrevistas. Com o uso dessa ferramenta, todos os dados coletados durante a pesquisa foram armazenados em uma unidade de projeto e armazenagem de dados chamado de Unidade Hermenêutica²¹. Através dela, a rota para recuperar um dado ou informação armazenada (como determinados trechos das entrevistas em áudio, por exemplo) é preservada, possibilitando assim a classificação e organização dos materiais levantados em famílias e códigos definidos pelos pesquisadores.

Sobre o uso de softwares de análise qualitativa, Lage e Godoy (2008, p.80) reforçam que,

“A possibilidade de armazenar como dados codificáveis as teorias que suportam a pesquisa, assim como novos resultados encontrados, facilita a elaboração de correlações complexas entre dados-resultados-aspectos teóricos, permitindo testar ideias e hipóteses.”

Após a codificação e categorização das entrevistas realizadas, foi possível a realização de uma reflexão crítica dos resultados encontrados, e assim verificar como essas informações dialogam com a literatura utilizada na construção da pesquisa. Com isso foi possível comparar as informações obtidas nas entrevistas de diferentes agentes na cadeia de

²¹ Hermenêutica é uma corrente filosófica que trata da teoria da interpretação, e com isso busca entender os sentidos das formas de expressão verbais e textuais através de uma análise crítica, que considera o contexto e cultura na qual o diálogo foi construído (Kafle, 2013).

valor do café, além de permitir a triangulação dos dados com documentos e relatórios das organizações e da literatura da área.

Capítulo 6 – Apresentação dos resultados

Com o atlas TI foi possível verificar nas entrevistas o número de vezes em que as palavras definidas na coluna “Codificação” da tabela 4 foram mencionadas. Isso pode ser feito através da própria ferramenta desse software que permite vincular uma categoria a um conjunto de palavras chaves. A essa citação direta dos entrevistadores foi dado o nome de ocorrência subjetiva. De forma complementar, as entrevistas também foram integralmente lidas para que as categorias que fossem mencionadas de forma indireta, ou utilizando expressões diferentes dos nomes das categorias. A isso se chamou ocorrência subjetiva. Para realizar essa categorização e frequência foi usado como modelos os trabalhos de Yakovleva e Vazquez-Brust (2012) e Titscher *et al.* (2000).

Tabela 4 - Ocorrências Objetivas e Subjetivas nas entrevistas com as meso-instituições

Meso-Instituições					
Upgrading	Códificação	Código	Ocorrência Objetiva	Ocorrência Subjetiva	Freq %
Produto	Preço	P1	2	10	11,2
	Renda	R1	0	4	3,7
Processo	Qualidade	Q1	0	2	1,9
	Produtividade	P2	4	4	7,5
Funcional	Mercados	M1	2	6	7,5
	Financiamentos	F1	0	6	5,6
	Empréstimos	E1	0	8	7,5
Social	Segurança	S1	6	9	14,0
	Saúde	S2	0	0	0,0
	Trabalho	T1	4	4	7,5
	Educação	E2	0	7	6,5
Ambiental	Agrotóxicos	A1	4	9	12,1
	Água	A2	0	8	7,5
	Solo	S3	0	1	0,9
	Lixo	L1	0	7	6,5

Fonte: Elaborado pelo autor

Do ponto de vista da frequência das palavras, as instituições entrevistadas as palavras mais citadas foram preço, segurança, agrotóxicos nas entrevistas com meso-instituições. O que evidencia a preocupação com a questão da remuneração ao adotar padrões sustentáveis e as questões ambientais como principal elemento relevante nessa adoção. Com 7,5% de frequência cada, as palavras citadas são: produtividade, mercados, empréstimos, trabalho e água.

Para este trabalho foram entrevistadas duas meso-instituições. A MII é responsável pela definição, manutenção do conteúdo e atualizações periódicas do código de conduta 4C. A partir de 2017, foi criada uma empresa que é responsável pelo sistema de verificação. Esta

empresa é uma prestadora de serviços de controle da integridade no setor do café para a Verificação do Código de Conduta 4C assim como supervisão, integridade e monitoramento do progresso no café. Essa organização é a responsável por: (1) fornecer treinamento aos verificadores 4C locais; (2) emitir licenças 4C; (3) avaliar o nível de conformidade das Unidades 4C em relação ao Código de Conduta 4C.

A MI1 é privada e envolve stakeholders nacionais e internacionais. Esta se propõe a atuar com inovações no setor de produção agrícola sustentável. Como colocado pelo agrônomo responsável pelo padrão 4C da Cooperativa 1: *“A plataforma também desenvolve e oferece ferramentas para os membros, como por exemplo um aplicativo de celular que mostra indicies de sustentabilidade no Brasil e assim pode-se ter uma referência de como está nossa sustentabilidade”*.

A segunda instituição entrevistada foi a Meso-Instituição 2, que foi criado pelo Governo do Estado de Minas Gerais. A MI2 se propõe a atender produtores e cooperativas do Estado de Minas Gerais para obtenção e manutenção de padrões sustentáveis. Nesse caso a extensão rural é feita pela Emater – Empresa de Assistência Técnica e Extensão Rural do Estado de Minas Gerais.

O padrão 4C começou no Brasil em 2007 e foi importante pois a proposta por 10 anos foi de ensinar aos produtores como melhorar as condições da propriedade de acordo com as diferentes exigências do Código. Essa seria a grande diferença da aplicação do padrão 4C em relação aos certificados sustentáveis, cuja principal função seria verificar se a empresa está ou não atendendo as exigências. Tendo em vista a importância de transmitir ao produtor o “como fazer” as ações das meso-instituições são fundamentais para transferir esse conhecimento aos produtores. As cooperativas também têm papel fundamental em organizar os produtores e transmitir esse conhecimento em escala, a chamada extensão rural.

Na entrevista pode-se constatar que em 2017, a criação do CAS para verificação do padrão, aproximou o padrão 4C de certificados sustentáveis, pois, para alguns especialistas, a extensão rural passou a ocupar papel secundário desde a entrada do padrão 4C no Brasil em 2007. Apesar desta mudança, os entrevistados destacam a importância da mudança de mentalidade dos produtores quanto as questões ambientais e sociais. Para os entrevistados esses dez anos de extensão rural têm feito com que os produtores atendam cada vez as práticas

consideradas inaceitáveis do padrão 4C. Conforme o trecho de uma das entrevistas sobre os produtores:

“Há 10 anos atrás, ele falava assim: “Isso é bobagem. Quanto que eu vou ganhar com isso. Isso é coisa... Isso é bobagem, isso é frescura. Não adianta nada porque no final eu vou vender pelo mesmo preço... Então porque vou fazer isso?” Hoje não. Hoje produtor fala assim: “Olha, eu não fiz isso que você me falou mas esse ano eu prometo que vou fazer. Por que é importante, porque eu sei que isso é importante para minha saúde, para saúde dos meus empregados. É importante para o meio ambiente, é importante para as pessoas que moram na propriedade. Isso já está acontecendo. Já está havendo...”

Os entrevistados também ressaltaram algumas melhorias nas propriedades tendo em vista a adoção do padrão 4C, tais como: melhoria de produtividade, de atendimento a regulação trabalhista e ambiental, diminuição do custo médio de produção, e melhoria na gestão da propriedade, conforme ressaltado por um dos entrevistados:

“...E o processo de gestão em si é entender melhor e organizar mais sua propriedade, tanto no sentido da operacionalização das diversas tarefas que ele tem ali, como no sentido de uma melhor forma de comercializar, tanto na venda como na compra, de insumos, compra de insumos e venda do produto.”

Com relação ao preço prêmio, os entrevistados citam que, em alguns casos, há um prêmio, mas essa não é a regra, conforme trecho da entrevista sobre a questão da remuneração ao produtor:

“...Então a gente quer que ele tenha propósito, não apenas de vender por alguns reais a mais. Isso é bom e a gente tenta fazer, também, mas não coloca nisso aí a razão maior do programa de certificação não. Coloca como redução de risco de acidente de seus trabalhadores, uma gestão melhor para diminuir custo de produção. Uma menor possibilidade de autuação da legislação trabalhista e ambiental. Um risco, inclusive da própria família de exposição a produtos perigosos, que também tem uma organização melhor da parte de agrotóxicos e tal, não só a capacitação como também a guarda desses produtos, em condições de mais segurança. Enfim a segurança da família, dos trabalhadores dele, e segurança do alimento. Que é uma outra questão que algum momento certamente vai ter que ser mais apurada. Então assim, a gente tem uma forma mais ampla de ver isso. Mas

sim, essa é uma das frentes de trabalho de tentar melhorar o preço. E uma parcela deles consegue, e outras não”.

Uma grande diferença entre as instituições é o fato do MI2 contar com a ajuda da Emater para a atividade de extensão rural. Através da Emater é possível transmitir ao produto o conhecimento de como atender as exigências do padrão 4C. No caso da MI1 há um grande foco na questão da certificação, especificamente na auditoria. Ressaltada ainda mais com a criação do CAS. Por outro lado, a MI1 tem uma visão mais global da adoção do padrão 4C com foco na questão da inovação para facilitar a obtenção e manutenção da certificação.

Cooperativas

Tabela 5 - Ocorrências Objetivas e Subjetivas nas entrevistas com as cooperativas

Cooperativas					
Upgrading	Códificação	Código	Ocorrência Objetiva	Ocorrência Subjetiva	Freq %
Produto	Preço	P1	2	3	4,3
	Renda	R1	0	8	6,9
Processo	Qualidade	Q1	4	10	12,1
	Produtividade	P2	2	9	9,5
Funcional	Mercados	M1	6	9	12,9
	Financiamentos	F1	0	7	6,0
	Empréstimos	E1	0	0	0,0
Social	Segurança	S1	0	1	0,9
	Saúde	S2	0	7	6,0
	Trabalho	T1	0	8	6,9
	Educação	E2	0	8	6,9
Ambiental	Agrotóxicos	A1	2	8	8,6
	Água	A2	4	9	11,2
	Solo	S3	0	5	4,3
	Lixo	L1	2	2	3,4

Fonte: Elaborado pelo autor

No caso das cooperativas, as frequências maiores foram qualidade, mercados e água. Mais uma vez a questão ambiental aparece com a palavra água. No caso das instituições a palavra água também surgiu, mas com frequência abaixo de 10%, assim como mercados que foi citada com maior frequência pelas cooperativas.

A Cooperativa 1 enfatizou a questão da orientação e do treinamento em relação a utilização de agrotóxicos, aspectos como local de armazenamento dos produtos, lavagem de embalagens, utilização de equipamentos de proteção individual. Além disso, a propriedade

passa a ser mais organizada com a adoção do Código o que permite maior controle dos custos. Por fim, um dos elementos citados foi a questão da água, nos cuidados com as nascentes da propriedade.

A Cooperativa também ressaltou que o padrão 4C segue as normas ambientais e trabalhistas do país em questão. No caso do Brasil, como as normas trabalhistas e ambientais são rígidas isso acaba prejudicando o produtor brasileiro em comparação com produtores de outros países com legislação mais branda. O produtor brasileiro deve atender mais exigências comparativamente. Outro fator importante é que a iniciativa para adoção do Padrão 4C parte mais da cooperativa do que dos produtores tendo em vista que as cooperativas estão mais próximas do mercado e estão mais cientes das exigências da demanda. Para adotar o padrão 4C são selecionados aqueles produtores que já fazem parte do programa de assistência técnica da Cooperativa.

A Cooperativa 1 é membro da MI 1 e apontou como uma das principais atividades da instituição a realização de reuniões em que representantes da Cooperativa 1 participam para discutir questões técnicas e políticas sobre a cultura do café com agentes de diferentes elos da cadeia. Além disso, na última reunião foi apresentado pela MI 1 um aplicativo de celular que tem como função coletar informações sobre a produção de café sustentável dos cooperados. Com estas informações será possível desenvolver índices e parâmetros para medir a sustentabilidade nas propriedades. Além disso, a MI 1 fornece cursos, tais como o “Produtor Informado” com o Conselho de Exportadores de Café do Brasil – Cecafé para os membros da Cooperativa 1.

Segundo o site do Cecafé o *“O Produtor Informado capacita cafeicultores interessados em melhorar a gestão de suas propriedades e a qualidade do seu café, adotando o computador e a internet como ferramentas de apoio e busca por informação – sobre clima, preços, mercados, técnicas de produção, etc. – e boas práticas agrícolas, com o objetivo de obter um produto saudável, livre de contaminação (física, química e biológica), ajudando, assim, aumentar a rentabilidade dos seus negócios, garantindo a sustentabilidade do meio ambiente e a melhoria da qualidade da população rural.”*

Por fim, na entrevista com a Cooperativa 1 foi enfatizado que o café 4C não possibilita preço prêmio ao produtor, mas uma preferência de venda, principalmente junto a indústria, o que garante maior acesso aos mercados.

No caso da Cooperativa 2 a principal iniciativa para a adoção do Padrão 4C, há 10 anos, foi da empresa exportadora que é grande compradora de café. Nesse caso, existe uma relação bastante próxima entre cooperados e comprador (exportadora) que é responsável por transmitir o conhecimento para adesão ao padrão 4C.

Para a Cooperativa 2, a adoção do padrão 4C faz com que os produtores tenham maior preocupação com a questão trabalhista principalmente. Além disso, há uma pequena diferença de preço pago ao produtor para o café 4C comparado com o convencional. De maneira geral, a Cooperativa 2 ressaltou que o 4C pode ser considerada uma porta de entrada para outras certificações sustentáveis e enfatizaram melhorias relacionadas a contratação de trabalhadores, organização da propriedade e melhor utilização dos recursos ambientais.

No caso da Cooperativa 3, esta tem uma unidade de negócio 4C que é credenciada. Nesse caso os cooperados não são credenciados 4C, eles podem ser parceiros na unidade de negócio 4C que também tem parceiros de outros elos da cadeia, tais como empresas de defensivos e exportadores. O entrevistado ressaltou a importância da cooperativa em oferecer o serviço de extensão rural aos cooperados, e não apenas assistência técnica. De acordo com o entrevistado, é preciso ensinar aos produtores “como” atender as exigências. Não basta explicar quais são as exigências. Nesse ponto, o serviço de extensão rural da Cooperativa 3 cumpre o papel de transferir conhecimento sobre as exigências que devem ser atendidas do padrão 4C. Outro fator ressaltado pelo entrevistado foi a questão do processo de conhecimento contínuo. Nesse contexto, a ideia não seria excluir o produtor que não atendesse todas as exigências e sim ensiná-lo a continuar “perseguindo” as metas estabelecidas pelo código. O trecho abaixo retirado da entrevista resume parte dessa ideia, do que a Cooperativa fala ao produtor sobre o 4C: *"olha, se você não pratica as práticas considerados inaceitáveis, você pode participar do programa. Se você participa do programa você tem que mostrar melhoria."* Por fim, a Cooperativa comenta que não está previsto preço prêmio para a produção de café 4C, mas eventualmente, pode haver uma diferença pequena de preço para aquele produtor que produz café de acordo com o código.

Produtores

Já no caso dos produtores a frequência maior foi preço, qualidade (com 30,7 de frequência) e trabalho. Em quarto lugar, temos agrotóxicos aparecendo também com frequência acima de 10%. Aspectos trabalhistas são levantados pelos produtores tendo em vista a importância da contratação de mão de obra permanente e temporária na cultura do café e, tendo em vista as exigências do Padrão 4C relativas a questões trabalhistas. Como colocado por Giuliani *et al.* (2017) a palavra trabalho está associada com questões sociais referentes aos trabalhadores.

Tabela 6 - Ocorrências Objetivas e Subjetivas nas entrevistas com os produtores

Produtores					
Upgrading	Códificação	Código	Ocorrência Objetiva	Ocorrência Subjetiva	Freq %
Produto	Preço	P1	12	16	13,7
	Renda	R1	0	0	0,0
Processo	Qualidade	Q1	28	35	30,7
	Produtividade	P2	0	6	2,9
Funcional	Mercados	M1	4	7	5,4
	Financiamentos	F1	0	0	0,0
	Empréstimos	E1	0	0	0,0
Social	Segurança	S1	4	7	5,4
	Saúde	S2	0	1	0,5
	Trabalho	T1	12	19	15,1
	Educação	E2	0	8	3,9
Ambiental	Agrotóxicos	A1	8	15	11,2
	Água	A2	8	8	7,8
	Solo	S3	0	5	2,4
	Lixo	L1	0	2	1,0

Fonte: Elaborado pelo autor

Os produtores apontam a melhor organização da propriedade, o que se reflete na queda dos custos, e a melhoria da qualidade do produto. E, mais a longo prazo, o acesso a mercados, com possibilidade de preço diferenciado em algumas situações a depender do mercado. Outros aspectos ressaltados foram o controle do uso de agrotóxicos, o que implica em armazenagem adequada, uso de equipamentos de segurança no manejo e aplicação, bem como uso de quantidades adequadas de agrotóxicos.

Monitoramento da qualidade e quantidade de água utilizada, condições de armazenagem do café melhoraram o que impacta diretamente na qualidade do produto, a

cooperativa ajuda na assistência técnica para o uso adequado de agrotóxicos, na quantidade indicada.

Grandes produtores apontam que adotaram 4C por conta de exigências específicas, de um comprador, e, que perto de outras certificações o padrão 4C é bem menos exigente. Os ganhos ao adotá-lo estão relacionados a conscientização no uso dos recursos e ganhos organizacionais, relativos ao maior controle dos processos. Os entrevistados ressaltam a questão da segurança no uso e armazenagem de defensivos agrícolas.

6.1 Discussão dos resultados

Neste trabalho o principal objetivo foi investigar o padrão de conduta 4C e seus efeitos sobre os produtores brasileiros de café. Para tal foram coletados dados secundários e dados primários juntamente a produtores, meso-instituições e cooperativas de produtores de café. A discussão será apresentada a partir de cada uma das proposições que foram apresentadas na discussão teórica.

(1) A adoção do padrão 4C faz com os produtores tenham um upgrading de produto.

Para analisar o upgrading de produto foi proposto o indicador preço. Os resultados mostram que apesar do preço ser bastante citado nas entrevistas, sob o ponto de vista dos produtores, o preço não é o grande motivador e a questão do preço prêmio não seria um efeito da adoção do padrão 4C. Os produtores, em pouquíssimas circunstâncias obteriam um preço prêmio ao adotar o padrão, e mesmo nos casos em que o prêmio ocorre o valor é cerca de 2 a 4 reais por saca de café. Esse prêmio foi mencionado por uma das cooperativas entrevistadas, mas nenhum dos produtores entrevistados mencionou que ganhou preço prêmio. Os produtores ressaltaram que a qualidade do produto melhorou, com alguns produtores mencionando a questão do aumento do nível de qualidade do produto final. Este resultado, segundo os produtores, se deve ao melhor gerenciamento da propriedade com maior controle na utilização de insumos e nas condições de armazenagem e secagem do produto final. Sendo assim, sob o aspecto do preço, há indicações de que os produtores não fizeram upgrading de produto.

(2) A adoção do Padrão 4C faz com que os produtores tenham um upgrading de processo.

O indicador escolhido para o upgrading de processo foi a produtividade. Nenhum dos entrevistados apontou produtividade como um dos efeitos da adoção do padrão 4C. Inclusive a análise feita por meio do programa Atlas TI mostra a pouca frequência em que foi mencionada a palavra. Isso pode evidenciar a dificuldade em se isolar apenas a questão da adoção do padrão 4C e seus efeitos sobre a produtividade. O padrão 4C, assim como comentado pelos entrevistados, refere-se, em sua maioria, a critérios básicos de controle e monitoramento de recursos da propriedade. De maneira geral, os produtores se referiram mais a questão da diminuição dos custos a partir do controle na compra, manejo e armazenamento de defensivos agrícolas. Além disso alguns produtores chegaram a mencionar que as limitações impostas pelo padrão 4C relacionadas ao uso de agrotóxicos, fez com que a produtividade do café fosse afetada, em termos do tamanho dos grãos de café, o que vai ao encontro das pesquisas realizadas por Barham e Weber (2012) e Dammert e Mohan (2015). Sendo assim, não foram encontradas evidências significativas de melhorias relacionadas a produtividade, o que está alinhado com os resultados da literatura discutidos na discussão teórica apresentada previamente.

(3) A adoção do padrão 4C faz com que os produtores tenham um upgrading funcional.

O indicador de upgrading funcional escolhido a partir da literatura foi o acesso a mercados. Este aspecto foi um dos indicadores mais citados por produtores e cooperativas entrevistadas. Segundo eles foi observado que o café produzido pelo padrão 4C tinha uma maior procura na hora da venda. Além disso, muitos compradores procuravam as cooperativas exigindo esse padrão, o que fez com que mesmo produtores que já adotavam um padrão sustentável mais rigoroso, também passaram a buscar o selo 4C para ter acesso a esses mercados. Além disso, como é a cooperativa que intermediava essa venda de café, ela priorizava a intermediação de empréstimos e financiamento para os produtores de café que tinham ou buscavam um padrão de sustentabilidade. Este resultado está alinhado com as conclusões obtidas nos trabalhos desenvolvidos em Dammert e Mohan (2015) e Borrella (2015).

(4) A adoção do padrão 4C faz com os produtores tenham um upgrading social.

O indicador nesse caso são as garantias dos direitos e benefícios dos trabalhadores. Os critérios do Padrão 4C vão ao encontro da legislação trabalhista brasileira e os agentes

produtivos são categóricos em afirmar que a legislação é respeitada. Fato que se destaca foi uso de equipamentos de proteção individual pelos trabalhadores no manejo de defensivos químicos, segundo eles acontece de tempos em tempos treinamentos organizados pelas cooperativas de atualização e revisão de aspectos relacionados à segurança no trabalho. Além disso também foi muito citado a melhoria de aspectos relacionado a saúde dos trabalhadores, com melhores condições de saneamento e higiene básica. Estes fatos poderiam indicar uma melhoria do ponto de vista social ao adotar o padrão 4C.

(5) A adoção do padrão 4C faz com que os produtores tenham um upgrading ambiental. Do ponto de vista de melhoria ambiental podemos apontar a questão do manejo dos agrotóxicos, apontada pela maior parte dos entrevistados, e a questão da utilização da água e o cuidado com as nascentes dos rios, assim como apontado por Blackman e Naranjo (2012) e Khattak et al. (2015). A questão dos defensivos químicos/agrotóxicos foi um dos elementos mais citados pelos entrevistados conforme apontado por Achabou et al., (2017) e Blackman e Naranjo (2012). Ao contrário do que a literatura aponta (Bolwig et al., 2009; Barham e Weber, 2012), não foi mencionada a questão do manejo do solo. Um outro elemento apontado nas entrevistas foi a melhoria dos serviços relacionados ao descarte adequado do lixo gerado na produção, com a orientação sobre o que poderia ser reciclado e o que deveria ser adequadamente descartado.

6.2 Considerações finais e sugestão para pesquisas futuras

Esta dissertação se propôs a analisar os efeitos da adoção do padrão 4C sobre produtores de café no Brasil. Foram feitas entrevistas com instituições que atuam diretamente com o padrão de conduta 4C, com cooperativas de produtores de café e com produtores. Para verificar os efeitos sobre os produtores foi proposto o conceito de upgrading (ou melhorias) da literatura de Cadeia de Valor Global. Do ponto de vista dos produtores a maior melhoria detectada foi a questão do aprimoramento/adoção de práticas de produção que levam em conta a proteção ambiental. Elementos como melhoria na utilização no uso de agrotóxicos com utilização de equipamentos de segurança foi ressaltada pelos produtores. Além disso, os produtores ressaltaram a questão do melhor gerenciamento no uso de agrotóxicos o que diminui os desperdícios e acabou impactando nos resultados. Neste sentido, ressalta-se a

questão do upgrading ambiental, por meio do melhor uso da água e do melhor manejo e armazenamento dos agrotóxicos.

Os resultados indicam que mesmo para os grandes produtores, a adoção do padrão 4C traz melhorias como é o caso do maior controle dos processos e na utilização de insumos.

Este trabalho avança no sentido de realizar a pesquisa dentro do contexto da produção de café no Brasil especificamente. Trabalhos como o de Giuliani et al (2017) tratam do contexto brasileiro juntamente com outros países, investigando a partir de dados agregados. Outro fator a ser ressaltado é o fato de que os resultados do trabalho indicam a importância da adoção do Padrão 4C e seus efeitos em termos de melhorias ambientais. De acordo com Khattak et al (2015) e De Marchi et al. (2013) o upgrading ambiental ainda é pouco estudado pela literatura.

Em se tratando das meso-instituições, pode-se observar que MI1 tem um perfil mais global e está mais voltada para elaboração de políticas para a cadeia como um todo. Já a MI2 tem uma atuação mais local, apenas junto aos produtores do Estado de Minas Gerais, e por meio da Emater, tem um trabalho importante de extensão rural ensinando os produtores “como” ficar em conformidade com as exigências do padrão 4C. Neste sentido, também se destaca o papel das cooperativas como transferidoras de conhecimento.

Uma outra tendência observada ao longo da pesquisa foi o crescente efeito da comoditização do café sustentável. Com isso o café sustentável que antes era vendido como um produto de qualidade superior, começa a ser visto como mais um produto entre tantos nessa área, sofrendo assim uma desvalorização em termos econômicos.

Como limitações da pesquisa ressalta-se que a pesquisa é qualitativa e, portanto, os resultados não podem ser generalizáveis para toda a produção de café no Brasil.

Para pesquisas futuras seria interessante verificar se os efeitos são diferentes a depender da região produtora e da variedade de café produzida. Comparações com outros países produtoras poderia ser interessante para verificar se outros fatores ambientais são considerados, já que o padrão 4C atende as legislações dos países em que os produtores estão instalados e isso poderia implicar em diferentes níveis de dificuldade dos produtores em atender as exigências. Por fim, a questão das adaptações locais do Padrão 4C nos diferentes países produtores e o impacto de meso-instituições locais nessas adaptações poderia ser investigado.

REFERÊNCIAS

- 4C-ASSOCIATION. **Joining Forces for a Better Coffee World**. Bonn, 2016.
http://www.globalcoffeeplatform.org/assets/files/Documents/Reports-Brochures/4C_brochure_EN_website.pdf
- ACHABOU, M. A.; DEKHILI, S.; HAMDOUN, M. Environmental Upgrading of Developing Country Firms in Global Value Chains. **Business Strategy and the Environment**, v. 26, n. 2, p. 224–238, 2017.
- ALVAREZ, G.; PILBEAM, C.; WILDING, R. Nestlé Nespresso AAA sustainable quality program: an investigation into the governance dynamics in a multi-stakeholder supply chain network. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 15, n. 2, p. 165–182, 2010.
- ARNOULD, E.; PLASTINA, A.; BALL, D. Does fair trade deliver on its core value proposition? effects on income, educational attainment and health in three countries. **American Marketing Association**, v. 28, n. 2, p. 186–201, 2009.
- BACON, C. Confronting the Coffee Crisis: Can Fair Trade, Organic, and Specialty Coffees Reduce Small-Scale Farmer Vulnerability in Northern Nicaragua? **World Development**, v. 33, n. 3, p. 497–511, mar. 2005.
- BARHAM, B. L.; WEBER, J. G. The Economic Sustainability of Certified Coffee: Recent Evidence from Mexico and Peru. **World Development**, v. 40, n. 6, p. 1269–1279, 2012.
- BARRIENTOS, S.; GEREFFI, G.; ROSSI, A. Economic and social upgrading in global production networks: A new paradigm for a changing world. **International Labor Review**, v. 150, n. 3-4, p. 319–340, 2011.
- BERNARDO, F. V. C. **Estrutura social, instituições e agência na perspectiva do realismo crítico em economia: uma primeira aproximação**. Universidade Estadual de Campinas, 2014.
- BERTONHA, J. F. O Brasil, os imigrantes italianos e a política externa fascista, 1922-1943. **Revista Brasileira de Política Internacional**, v. 40, n. 2, p. 106–130, 1997.
- BEUCHELT, T. D.; ZELLER, M. Profits and poverty: Certification's troubled link for Nicaragua's organic and fairtrade coffee producers. **Ecological Economics**, v. 70, n. 7, p. 1316–1324, 2011.

BLACKMAN, A.; NARANJO, M. A. Does eco-certification have environmental benefits? Organic coffee in Costa Rica. **Ecological Economics**, v. 83, p. 58–66, 2012.

BOLWIG, S.; GIBBON, P.; JONES, S. The Economics of Smallholder Organic Contract Farming in Tropical Africa. **World Development**, v. 37, n. 6, p. 1094–1104, 2009.

BORRELLA, I.; MATAIX, C.; CARRASCO-GALLEGO, R. Smallholder Farmers in the Speciality Coffee Industry : Opportunities , Constraints and the Businesses that are Making it Possible. **IDS Bulletin**, v. 46, n. 3, p. 29–44, 2015.

BRANDI, C.; CABANI, T.; HOSANG, C.; SCHIRMBECK, S.; WESTERMANN, L.; WIESE, H. Sustainability Standards for Palm Oil: Challenges for Smallholder Certification Under the RSPO. **The Journal of Environment & Development**, v. 24, n. 3, p. 292–314, 2015.

BRAVO-MONROY, L.; POTTS, S. G.; TZANOPOULOS, J. Drivers influencing farmer decisions for adopting organic or conventional coffee management practices. **Food Policy**, v. 58, p. 49–61, 2016.

BROWN, S.; LAMMING, R.; BESSANT, J. **Strategic operation management**. 3. ed. [s.l.] Oxford: Heinemann, 2000. v. 1

CALO, M.; WISE, T. A. Revaluing Peasant Coffee Production : Organic and Fair Trade Markets in Mexico. **Global Development and Environment Institute**, n. October, p. 1–57, 2005.

CARVALHO, J. M.; PAIVA, E. L.; VIEIRA, L. M. Quality attributes of a high specification product Evidences from the speciality coffee business. **British Food Journal**, v. 118, n. 1, p. 132–149, 2016.

CHIPUTWA, B.; SPIELMAN, D. J.; QAIM, M. **Food standards, certification, and poverty among coffee farmers in Uganda** **World Development**. World Development, Elsevier, vol. 66(C), pages 400-412, 2015.

CHYAU, J. Casting a global safety net - A framework for food safety in the age of globalization. **Food and Drug Law Journal**, v. 64, n. 2, p. 313–334, 2009.

CODRON, J. M.; GIRAUD-HÉRAUD, E.; SOLER, L. G. Minimum quality standards, premium private labels, and European meat and fresh produce retailing. **Food Policy**, v. 30, n. 3, p. 270–283, 2005.

COLLINS, C. M.; STEG, L.; KONING, M. A. S. Customers' Values, Beliefs on Sustainable Corporate Performance, and Buying Behavior. **Psychology & Marketing**, v. 24, n. June 2007, p. 555–577, 2007.

CONAB. Acompanhamento da safra agrícola: Café. **Companhia Nacional de Abastecimento**. Terceiro levantamento, Brasília, p. 1-107, set. 2017 v. 1, 2015.

- COSA. **The COSA Measuring Sustainability Report. Coffee and Cocoa in 12 Countries.** Berne, 2013.
- DAMMERT, A. C.; MOHAN, S. A survey of the economics of fair trade. **Journal of Economic Surveys**, v. 29, n. 5, p. 855–868, 2015.
- DE MARCHI V, DI MARIA E, MICELLI S. Environmental strategies, upgrading and competitive advantage in global value chains. **Business Strategy and the Environment** 22: 62–72, 2013.
- DENZIN, N. K.; LINCOLN, Y. S. **Methods of Collecting and Analyzing Empirical Materials.** Thousand Oaks: Sage, 2008.
- DEQUECH, D. Instituições e a relação entre economia e sociologia. **Revista Estudos Econômicos**, v. 41, n. 3, p. 599–619, 2011.
- DEQUECH, D. Economic institutions: explanations for conformity and room for deviation. **Journal of Institutional Economics**, v. 9, n. 01, p. 1–28, 2012.
- ELDER, S. D.; LISTER, J.; DAUVERGNE, P. Big retail and sustainable coffee: A new development studies research agenda. **Progress in Development Studies**, v. 14, p. 77–90, 2014.
- ELKINGTON, J. Partnerships from Cannibals with Forks : The Triple Bottom line of 21 st Century Business. **Environmental Quality Management**, v. Autumn 199, p. 37–51, 1997.
- EMERSON, R. M. Power-dependence relations. **American Sociological Review**, v. 27, n. 1, p. 31–41, 1962.
- FABER, N.; JORNA, R.; ENGELEN, J. VAN. The Sustainability Of“ Sustainability”—A Study Into The Conceptual Foundations Of The Notion Of“ Sustainability”. **Journal of Environmental Assessment Policy and Management**, v. 07, n. 01, p. 1–33, 2005.
- FAO. Developing sustainable food value chains-Guiding principles. **Food and Agriculture Organization of the United Nations**, v. 1, n. 1, p. 89, 2014.
- FELLER, A.; SHUNK, D.; CALLARMAN, T. Value Chains Versus Supply Chains. **Search**, v. March 2006, p. 1–7, 2006.
- FITTER, R.; KAPLINKSY, R. Who Gains from Product Rents as the Coffee Market Becomes More Differentiated? A Value-chain Analysis. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, p. 69–82, 2001.
- FITTER, R.; KAPLINSKY, R. Who gains from product rents as the coffee market becomes more differentiated? a value chain analysis. **IDS Bulletin**, 2001.
- FLICK, U. **Introdução à pesquisa qualitativa.** Porto Alegre: Artmed, 2009.

- GIAMBIAGI, F.; VILLELA, A.; LAVINIA BARROS DE CASTROL, J. H. **Economia brasileira contemporânea**. Elsevier. Campos, 2011.
- GATTO, M. Sustainability: Is it a well defined concept? **Ecological Applications**, v. 5, n. 4, p. 1181–1183, 1995.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; STURGEON, T;. Introduction: Globalisation, Value Chains and Development. **IDS Bulletin**, v. 32, n. 3, p. 1–8, 2001.
- GEREFFI, G. The Global Economy: Organization, Governance, and Development. **Global Economy**, p. 160–182, 2005.
- GEREFFI, G.; CHRISTIAN, M. The Impacts of Wal-Mart: The Rise and Consequences of the World's Dominant Retailer. **Annual Review of Sociology**, v. 35, n. 1, p. 573–591, 2009.
- GEREFFI, G.; HUMPHREY, J.; KAPLINSKY, R.; STURGEON, T. The governance of global value chains. **Review of International Political Economy**, v. 12, n. 1, p. 78–104, fev. 2005.
- GIBBON, P.; BAIR, J.; PONTE, S. Governing global value chains: an introduction. **Economy and Society**, v. 37, n. 3, p. 315–338, 2008.
- GIOVANNUCCI, D.; KOEKOEK, J. **The State of Sustainable Coffee : A study of twelve major markets**. International Coffee Organization, London, 2003.
- GIOVANNUCCI, D.; PONTE, S. Standards as a new form of social contract? Sustainability initiatives in the coffee industry. **Food Policy**, v. 30, n. 3, p. 284–301, 2005.
- GIULIANI, E. CIRAVEGNA, L.; VEZZULLI, A.; KILIAN, B. Decoupling Standards from Practice: The Impact of In-House Certifications on Coffee Farms' Environmental and Social Conduct. **World Development**, v. 96, p. 294–314, 2017.
- GLESNE, C. **Becoming qualitative researchers**: An introduction, 4th edition. Boston, MA: Pearson. Hsieh, HF, & Shannon, 2011.
- GODOI, C.; BALSINI, C. A Metodologia Qualitativa nos Estudos Organizacionais: análise da produção científica brasileira entre 1997 e 2003. **Eneo. Atibaia: ANPAD**, 2004.
- HATANAKA, M.; BUSCH, L. Third-party certification in the global agrifood system: An objective or socially mediated governance mechanism? **Food Policy**, v. 30, n. 1, p. 354–369, 2005.
- HAYES, M. G. Fighting the Tide: Alternative Trade Organizations in the Era of Global Free Trade - A Comment. **World Development**, v. 36, n. 12, p. 2953–2961, 2008.
- HENSON, S.; HUMPHREY, J. Understanding the complexities of private standards in global agri-food chains as they impact developing countries. **The journal of development**

studies, v. 46, n. 9, p. 1628–1646, 2010.

HUMPHREY, J.; SCHMITZ, H. How does insertion in global value chains affect upgrading in industrial clusters? **Regional Studies**, v. 36, n. 9, p. 16, 2002.

IBANEZ, M.; BLACKMAN, A. Is Eco-Certification a Win–Win for Developing Country Agriculture? Organic Coffee Certification in Colombia. **World Development**, v. 82, p. 14–27, 2016.

ICO. **World coffee trade (1963 – 2013): A review of the markets, challenges and opportunities facing the sector**. International Coffee Organization, London, 2014.

IDH - SUSTAINABLE TRADE INITIATIVE. **Uganda - A Business Case For Sustainable Coffee Production Business**. International Coffee Organization, London, 2013.

ISO. International Organization for Standardization. **International Organization**, v. 2006, n. 2, p. 1–24, 2005.

KAFLE, N. P. Hermeneutic phenomenological research method simplified. **Bodhi: An Interdisciplinary Journal**, v. 5, n. 1, p. 181–200, 2013.

KAPLINSKY, R.; MORRIS, M. A HANDBOOK FOR VALUE CHAIN RESEARCH. **Institute for Development Studies: Brighton, UK**, n. September, p. 4–7, 2000.

KHATTAK, A., STRINGER, C., BENSON-REA, M., HAWORTH, N. Environmental upgrading of apparel firms in global value chains: Evidence from Sri Lanka. **Competition and Change**, v. 19, n. 4, p. 317–335, 2015.

KOLK, A. Corporate social responsibility in the coffee sector: The dynamics of MNC responses and code development. **European Management Journal**, v. 23, n. 2, p. 228–236, 2005.

KOLK, A. Towards a Sustainable Coffee Market: Paradoxes Faced by a Multinational Company. **Corporate Social Responsibility and Environmental Management**, v. 19, n. 2, p. 79–89, 2012.

KOLK, A. Mainstreaming sustainable coffee. **Sustainable Development**, v. 21, n. 5, p. 324–337, 2013.

KOLK, A. Linking Subsistence Activities to Global Marketing Systems The Role of Institutions. **Journal of Macromarketing**, v. 34, n. 2, p. 186–198, 2014.

LOCONTO A, DANKERS C. **Impact of International Voluntary Standards on Smallholder Market Participation in Developing Countries – a Review of the Literature**, Rome: FAO, 2014.

LAFER, C. O convenio internacional do café. **Revista da Faculdade de Direito**,

- Universidade de São Paulo**, v. 68, n. 2, p. 285–340, 1973.
- LAGE, M. C.; GODOY, A. S. O uso do computador na análise de dados qualitativos: questões emergentes. **RAM. Revista de Administração Mackenzie**, v. 9, n. 4, p. 75–98, 2008.
- LIM, G. Value chain upgrading: Evidence from the Singaporean aquaculture industry. **Marine Policy**, v. 63, p. 191–197, 2016.
- LOCKE, R.; KOCHAN, T.; ROMIS, M.; QIN, F. Beyond corporate codes of conduct: Work organization and labour standards at Nike’s suppliers. **International Labour Review**, v. 146, n. 1-2, p. 21–40, 2007.
- MANNING, S.; BOONS, F.; VON HAGEN, O.; REINECKE, J. National contexts matter: The co-evolution of sustainability standards in global value chains. **Ecological Economics**, v. 83, p. 197–209, 2012.
- MANNING, S.; HAGEN, O. VON. Linking local experiments to global standards: How project networks promote global institution-building. **Scandinavian Journal of Management**, v. 26, n. 4, p. 398–416, 2010.
- MARCHI, V. DE; MARIA, E. DI; MICELLI, S. Environmental Strategies, Upgrading and Competitive Advantage in Global Value Chains. **Business Strategy and the Environment**, v. 22, n. 1, p. 62–72, 2013.
- MARQUESE, R. DE B. Estados Unidos, Segunda Escravidão e a Economia Cafeeira do Império do Brasil. **Almanack**, v. 1, n. 5, p. 51–60, 2013.
- MARQUESE, R. DE B. As origens de Brasil e Java: trabalho compulsório e a reconfiguração da economia mundial do café na Era das Revoluções, c.1760-1840. **História (São Paulo)**, v. 34, n. 2, p. 108–127, 2015.
- MÉNARD, C. Embedding Organizational Arrangements : Towards a General Model. **Journal of Institutional Economics**, n. April, p. 1–31, 2014.
- MÉNDEZ, V. E.; Bacon, CM; Olson, M.; Petchers, S. Effects of Fair Trade and organic certifications on small-scale coffee farmer households in Central America and Mexico. **Renewable Agriculture and Food Systems**, v. 25, n. 03, p. 236–251, 2010.
- NADVI, K.; WALTRING, F. Making sense of global standards. **Local Enterprises in the Global Economy: Issues of Governance and Upgrading**, n. February, p. 392, 2004.
- NEILSON, J.; PRITCHARD, B. Green coffee? The contradictions of global sustainability initiatives from an Indian perspective. **Development Policy Review**, v. 25, n. 3, p. 311–331, 2007.
- NESTLÉ-NESPRESSO. AAA Shared Commitment. Retirado em 14/04/2016 de:

https://www.nestle-nespresso.com/asset-library/documents/nespresso_aaa_shared_commitment_v.1.3.pdf. 2010.

NICKOW, A. Growing in value: NGOs, social movements and the cultivation of developmental value chains in Uttarakhand, India. **Global Networks**, v. 15, n. s1, p. S45–S64, 2015.

NORTH, D. Economic performance through time. **The American economic review**, v. 84, n. 3, p. 359–368, 1994.

PINTO, L. F. G.; GARDNER, T.; MCDERMOTT, C.L.; AYUB, K.O.L. Group certification supports an increase in the diversity of sustainable agriculture network-rainforest alliance certified coffee producers in Brazil. **Ecological Economics**, v. 107, p. 59–64, 2014.

PONTE, S.; GIBBON, P. Quality standards, conventions and the governance of global value chains. **Economy and Society**, v. 34, n. 1, p. 1–31, 2005.

PORTER, M. E. **Competitive Advantage Strategic Management**, 1985.

POTTS, J. Alternative trade initiatives and income predictability : Theory and evidence from the coffee sector. **International Institute for Sustainable Development**, n. July, p. 1–33, 2007.

POTTS, J.; SANCTUARY, M. Sustainable Markets are Growing - Is Sustainability Keeping Pace? A Perspective on Sustainable Coffee Markets. **Growth (Lakeland)**, 2010.

POTTS, J.; LYNCH, M.; WILKINGS, A.; HUPPÉ, G.; CUNNINGHAM, M.; VOORA, V. **The State of Sustainability Initiatives Review 2014, Standards and the Green Economy**. DC: Iisd, 2014.

PRADO JUNIOR, C. História Econômica do Brasil. **Zhurnal Eksperimental'noi i Teoreticheskoi Fiziki**, p. 1–364, 1981.

RAYNOLDS, L. T. Mainstreaming Fair Trade Coffee: From Partnership to Traceability. **World Development**, v. 37, n. 6, p. 1083–1093, 2009.

RODRIGUES, F. R.; BURNQUIST, H. L.; COSTA, C. C. DA. Escalada tarifária e exportações brasileiras da agroindústria do café e da soja. **Revista de Economia e Sociologia Rural**, v. 49, n. 2, p. 295–322, 2011.

RONCHI, L. The Impact of Fair Trade on Producers and Their Organisations: A case study with Coocafe in Costa Rica. **Brighton University of Sussex Poverty Research Unit**, n. 11, p. 1–27, 2002.

ROSSI, A. Economic and social upgrading in global production networks: the case of the garment industry in Morocco. **DPhil dissertation Brighton, Institute of Development**

Studies, University of Sussex, 2011.

ROSSI, A. Does Economic Upgrading Lead to Social Upgrading in Global Production Networks? Evidence from Morocco. **World Development**, v. 46, p. 223–233, 2013.

RUBEN, R.; ZUNIGA, G. How standards compete: comparative impact of coffee certification schemes in Northern Nicaragua. **Supply Chain Management: An International Journal**, v. 16, n. 2, p. 98–109, 2011.

SAES, M. S. M.; NAKAZONE, D. **A competitividade de cadeias integradas no Brasil: impactos das zonas de livre comércio. Cadeia: CAFÉ**. Nota Técnica Final Campinas, 2003.

SCOTT, W. R. Institutions and organizations: Ideas and interests. **Sage Publications**, v. 3rd ed., p. 281, 2008.

STAKE, R. E. **Qualitative case studies: The Sage handbook of qualitative research**, Thousand Oaks, CA. Sage Publications, 2005.

TAYLOR, P. L. In the market but not of it: Fair trade coffee and forest stewardship council certification as market-based social change. **World Development**, v. 33, n. 1, p. 129–147, 2005.

TITSCHER, S; M. MEYER; R. WODAK; VETTER, E. Two Approaches to Critical Discourse Analysis. *In: Methods of Text and Discourse Analysis*. p. 144–170, 2000.

TORRE, D. E. L. A. A política da escravidão no Império do Brasil, 1826-1865. **Hispanic American Historical Review**, v. 93, n. 1, p. 125–127, 2013.

UKERS, W. H. **All About Coffee**; 2nd ed., Ukers, W.H., ed.; Inter American Copyright Union: New York, 2010.

UTTING-CHAMORRO, K. Does fair trade make a difference? The case of small coffee producers in Nicaragua. **Development in Practice**, v. 15, n. March 2015, p. 584–599, 2005.

VALKILA, J. Do fair trade pricing policies reduce inequalities in coffee production and trade? **Development Policy Review**, v. 32, n. 4, p. 475–493, 2014.

VALKILA, J.; NYGREN, A. Impacts of Fair Trade certification on coffee farmers, cooperatives, and laborers in Nicaragua. **Agriculture and Human Values**, v. 27, n. 3, p. 321–333, 2010.

VAN RIJSBERGEN, B.; ELBERS, W.; RUBEN, R.; NJUGUNA. The Ambivalent Impact of Coffee Certification on Farmers' Welfare: A Matched Panel Approach for Cooperatives in Central Kenya. **World Development**, v. 77, p. 277–292, 2016.

VEIGA, J. P. C.; BARBOSA, A. DE F.; SAES, M. S. M. **A cadeia produtiva do café no**

Brasil: impactos sociais e trabalhistas da certificação . Relatório de Pesquisa. 2016. Relatório de Pesquisa, n. January, 2016.

VISCARDI, C. M. R. **O teatro das oligarquias. Uma revisão da “política do café com leite”**. Belo Horizonte: Fino Traço, 2001.

VORLEY, B. Food, Inc.: **Corporate concentration from farm to consumer**. UK Food Group, London, 2003.

WAHL, A.; BULL, G. Q. Mapping Research Topics and Theories in Private Regulation for Sustainability in Global Value Chains. **Journal of Business Ethics**, v. 124, n. 4, p. 585–608, 2014.

YAKOVLEVA, N.; VAZQUEZ-BRUST, D. Corporate social responsibility in the mining industry: Perspectives from stakeholder groups in Argentina. **Journal of Business Ethics**, v. 106, n. 2, p. 191–211, 2012.

YIN, R. K. Case study methods. *In*: **APA handbook of research methods in psychology, Vol 2: Research designs: Quantitative, qualitative, neuropsychological, and biological**. DC: American Psychological Association. v. 2p. 141–155, 2012.